



# Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 054.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1995**  
 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados César Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 038/95

Curitiba, 16.06.95.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 23 de junho corrente e 06 de julho próximo, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado do

Paraná, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Certo de poder contar com a costumeira atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**Ofícios:**

**O F Í C I O S**

Sob o nº SEEG/GS 007/95, do Senhor Giovanni Gionédís - Secretário de Estado do Governo, encaminhando Declarações de Bens dos integrantes da Diretoria da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 141/95, do Senhor Marcos Flávio de Oliveira Schiefler - Juiz da 44.ª Zona Eleitoral, encaminhando Ata Geral de Encerramento dos Trabalhos da Junta Eleitoral dos Municípios de Campina do Simão e Goioxim, bem como os Boletins de Apuração, referente aos Plebiscitos de 28 de maio de 1995. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 01/95, do Deputado Irineu Mário Colombo, comunicando sua eleição para Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, para apreciar denúncias sobre prostituição infantil, cabendo a vice-Presidência ao Deputado Ricardo Chab. **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Gabinete da Liderança do PP - Partido Progressista indicando o Deputado Sérgio Spada como titular e o Deputado Joel Coimbra como suplente, para formarem a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Prostituição Infantil. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 525/95, do Deputado Beto Richa, comunicando seu afastamento da Comissão de Constituição e Justiça. **Ao Conhecimento da Casa.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1675**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 108/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO N° 1673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO N° 1702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento das documentações dos Projetos de Lei n°s 128/94, 357/94, 432/94, e Projeto de Resolução n° 018/94, com vistas à reapresentação dos mesmos.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 1690

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no artigo 121 do Regimento Interno REQUER, após ouvido o Plenário, a juntada do Projeto de Lei n° 145/95 ao Projeto de Resolução n° 007/95, a fim de que ambos, por sua similitude, tenham a tramitação regimental.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) ANGELO VANHONI

## REQUERIMENTO N° 1688

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM, convocação do Secretário do Planejamento do Estado do Paraná, Senhor Cassio Taniguchi, para prestar esclarecimentos sobre a constituição da empresa privada Paraná Empreendimentos.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ANGELO VANHONI

## JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, através da sua Secretaria de Comunicação Social, divulgou a exoneração do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Senhor Calil Cury Filho, para que o mesmo assuma a Diretoria Executiva de uma empresa a ser constituída por "200 sócios", empresários do setor privado, para "desenvolver economicamente o Paraná".

É no mínimo inusitado a exoneração de um Secretário para dirigir uma empresa

privada que vai gerir negócios públicos.

É por essa e por outras razões que estamos apresentando o presente requerimento, com a finalidade de esclarecimentos a este Parlamento e ao povo do Paraná quais são os objetivos do atual Governo ao tomar esta decisão.

## REQUERIMENTO N° 1703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Irma Barbieri Menck, ocorrido ontem, dia 18/06/95, em Manoel Ribas.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao filho, Senhor Valentin Darcin, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Sete de Setembro, n° 911, em Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1682

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações, louvor e muito aplauso para o Combate Barreirinha Futebol Clube, que neste ano de 1995 completa 50 anos de fundação.

Em 1945, logo após o fim da II Guerra Mundial, reuniram-se no Bar do Carlos Molitz os legítimos fundadores do Combate. Eram eles: Durval Bize, Carlos Molitz, Leônidas Daros, Artur Lindner, Bortolo Cúnico, Angelo Cúnico, que se tornou o 1º Presidente do time que surgia, e Vicente Choiniski, um dos poucos sobreviventes que ficou para contar a história.

Nossos cumprimentos à comunidade da Barreirinha que foi prestigiada com este time que luta pelo seu bairro há mais de 50 anos, extensivos à sua atual diretoria, assim composta: Presidente: Luiz Matros; Vice-Presidente: Dilton Waldrigues; 1º Secretário: Luiz Todeschi; 2º Secretário: Jorge Kosaka; 1º Tesoureiro: Pedro Chapski; 2º Tesoureiro: Alberto Kokote (Tico); Diretor de Esportes: Agostinho Kaviatkowski; Diretor Social: Clemente Klenk e Haroldo Daros; Diretor de Patrimônio: Alceu Matros e Eduardo Antoniacomi; Diretor de Futebol: Nilton Choiniski e Dirceu Wierbitzki; Diretor de Relações Públicas: Olivério Ribeiro; Diretor de Futebol Júnior: Luiz Antonio de Souza; Orador: Wilson Gomes; Presidente do Departamento Feminino: Eliana Mattos; Vice-Presidente:

Sílvia de Andrade; Presidente do Conselho Deliberativo: João Maria; Assessor de Eventos: Luiz Gomes.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO N° 1683

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações, louvor e muito aplauso ao Frei Angelo Chiarelli, Pároco da Igreja Nossa Senhora das Mercês em Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à comunidade deste importante bairro.

Frei Angelo Chiarelli trabalhou sempre com grupos de crianças e adolescentes. Formou muitos corais juvenis, integrando as comunidades que dirigiu à evangelização. Em Curitiba, formou o Grupo de Adolescentes "J.C.M. - Juventude Cristã em Marcha" e o Coral Infantil. Em Arapongas, os corais "Gente Jovem" e "Gente Amiga" e o grupo de adolescentes "Os Vagalumes". Em Cruzeiro do Oeste o coral infantil "God Garden" (Jardim de Deus) e o "Clube do Pequeno Artista de Deus". Além de fundar a "Escolinha Lucinéia de Violões", pela qual passaram 900 alunos. Criou também a Escolinha "Karina Teclados". Sua Pedagogia: a pedagogia de Dom Bosco: "Ame-os!". Seu sistema educacional: "É melhor prevenir do que remediar!" (Dom Bosco).

A Frei Angelo os nossos sinceros cumprimentos pela brilhante atuação em todas as comunidades pelas quais passou, e o nosso muito obrigado pelo importante trabalho que vem desenvolvendo em nossa comunidade das Mercês, onde é benquisto e muito elogiado pela sua atuação.

Esta Casa, traduzindo este júbilo, faz em ata de seus trabalhos esta manifestação.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO N° 1709

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à empresa Casas Bahia, que em data de hoje inaugurou cinco novas filiais em Curitiba e Região Metropolitana.

Num momento delicado da vida nacional, esta organização empresarial se arrisca e confia no mercado paranaense, propiciando novos empregos, novas alternativas do consumo e conseqüentemente gerando impostos ao Estado e municípios.

Na figura de seu fundador e atual presidente, empresário Samuel Klein, manifestamos todo regozijo desta Casa, aplaudindo o acontecimento e desejando sucesso!

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO N° 1687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pelo transcurso de seus 103 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sadi Fazolo, ao vice-Prefeito, Senhor Antonio Fermino Carneiro, assim como a todos os Senhores Vereadores, para que recebam e transmitam à população clevelandense as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

# JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 28 de junho, a Cidade de Clevelândia estará comemorando seus 103 anos de emancipação política.

A união do povo, a administração municipal e a representação estadual têm trazido o progresso para Clevelândia. Cada um fazendo a sua parte, tem superado as adversidades e cada vez mais, vem se firmando como um município dinâmico e humano. O trabalho conjunto, a união de forças são fatores básicos para as conquistas e benefícios alcançados.

Ao comemorar seus 103 anos, Clevelândia continua sendo a mesma cidade aberta e hospitaleira, uma cidade que caminha a passos largos em direção do desenvolvimento, ao progresso rumo ao objetivo maior que é o de proporcionar cada vez mais melhores condições de vida ao seu povo laborioso.

Com esta proposição, queremos homenagear a todos os irmãos clevelandenses que não medem esforços em prol do progresso cada vez maior de seu município.

Estendemos também nossa homenagem e agradecimento a todos aqueles que deram parte de suas vidas em favor de sua terra e de sua gente trabalhadora.

Portanto, seu povo exultante de alegria estará comemorando festivamente a data magna do município, na certeza de que com muito trabalho e dedicação serão vencedores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumprimenta efusivamente toda a população de Clevelândia, certos de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos

que labutam em prol da grandeza de seu município e do seu país.

#### REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de congratulações em nome de Ademir J. Somenzi - extensivo aos demais diretores da Indústria Mate Laranjeiras Ltda., do Município de Irati, sito na BR-277, km 244, nº 1050 - CEP 84.500-000, pela forma correta na realização e condução de seus trabalhos na extração da erva-mate.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Estiveram no Município de Irati, no mês de maio próximo passado, técnicos do IBAMA, provenientes de Brasília, para apurar possíveis irregularidades na condução dos trabalhos da Indústria Mate Laranjeiras Ltda., que suscitou o seguinte relatório oficial:

"No que tange à exploração de erva-mate nativa, o IBAMA convidou 14 empresas do setor ervateiro para participar de concorrência pública, tendo como objetivo a venda de 200.000 (duzentos mil) quilos de erva-mate nativa na FLONA de Irati. Apenas 7 empresas participaram e a melhor proposta foi aquela apresentada pela Indústria Mate Laranjeiras, sendo esta a 3ª concorrência vencida pela empresa junto ao IBAMA. O relatório da comissão de licitação foi homologado pela SUPES/PR, e em seguida apresentado à indústria vencedora o respectivo Contrato de Compra e Venda de Erva. A Indústria Mate Laranjeiras, assinou o contrato em 05.04.94 e posteriormente, recebeu autorização do então Chefe da FLONA, Sr. Alberto de Paula Martins, para iniciar o procedimento de extração e retirada da erva-mate. Quando da suspensão do contrato, a empresa havia retirado cerca de 153.000 kg de erva, restando ainda um saldo à retirar de 47.000 kg e tendo o IBAMA recebido mensalmente o pagamento sem qualquer tipo de reclamação".

Continua o relatório técnico: "Trata-se de uma empresa com cerca de 30 anos de experiência no ramo ervateiro, com 03 unidades industriais implantadas (Laranjeiras do Sul, Cascavel e Irati), envolvendo cerca de 5.000 trabalhadores em 40 municípios do Estado do Paraná, trabalhando no mercado interno e externo, gozando também de um bom conceito na região de Irati, onde atua há mais de 10 anos;

O contrato com o IBAMA/FLONA para extração e retirada de 20.000 kg de erva-mate, corresponde a aproximadamente 5,0% do volume de matéria-prima que a indústria

consome anualmente;

De acordo com o Sr. Ademir Somenzi, diretor da referida indústria, todo o processo de poda dos ervaís levado a efeito foi acompanhado por funcionários do IBAMA, através do então Chefe da FLONA, Sr. Alberto Martins, que determinava os talhões a serem explorados e por várias vezes acompanhado pelo Senhor Jair Ferreira Luz, funcionário da FLONA".

E segue assim o relatório: "A poda da erva-mate, foi realizada dentro da melhor técnica atualmente usada, sendo que as podas realizadas nos anos anteriores, no mesmo sítio florestal e pela mesma empresa demonstraram o volume de brotação das ervateiras e a expressiva produtividade apresentada em decorrência da poda".

Continua: "que na área observada está ocorrendo uma regeneração de 100% (cem por cento) das árvores que foram podadas, portanto, não deve haver maiores preocupações quanto ao desenvolvimento das mesmas".

#### CONCLUSOES E SUGESTOES

"Com base no teor deste relatório e considerando também todas as observações feitas "in loco", pode-se concluir objetivamente: Que a suspensão dos contratos de exploração florestal imposto às empresas, foi uma medida precipitada e até mesmo irresponsável, no que se refere aos aspectos técnicos de condução dos trabalhos. Entendemos também que aqueles que promoveram esta situação apresentam um completo desconhecimento de causa, em relação às atividades florestais. Soma-se a isto, o fato de que houve grande perda de receita por parte do IBAMA, que tem grandes dificuldades de arrecadação e por fatos isolados, sujeita-se a este tipo de irresponsabilidade. Sugerimos, ainda, que estas pessoas sejam responsabilizadas e recolham aos cofres da União, os valores que foram jogados fora; suspensão imediata do embargo aos Contratos de exploração que encontram-se nesta situação há aproximadamente 8 (oito) meses, considerando que não foram constatadas irregularidades nos desbastes, bem como indícios de degradação ambiental ou mesmo devastação florestal" (...)

"Reavaliação do contrato de erva-mate identificando-se os responsáveis pela não assinatura do mesmo, por parte do SUPES/PR e pela falta de acompanhamento das atividades campo, por parte da FLONA. Entretanto, a empresa não pode ser penalizada por erros ou má administração do próprio IBAMA;" (...)

E, por fim, termina assim o relatório: "Na oportunidade, gostaríamos de enfatizar que, quando da efetivação de qualquer processo de auditoria em Florestas Nacionais, que envolver aspectos técnicos, existe a necessidade da participação de técnico que

tenha conhecimento das atividades em desenvolvimento na unidade. Esta nossa preocupação é para que fatos como os aqui apresentados, não paralizem mais as atividades florestais, prejudicando ainda mais o já difícil trabalho que as FLONAS tentam realizar, bem como trazer prejuízos à própria floresta e ao IBAMA".

Assinam o relatório o Engenheiro Florestal Paulo José Prudente de Fontes e o Engenheiro Florestal Randolph Zachow.

#### REQUERIMENTO N° 1704

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder voto de congratulações à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes que, no último dia 06 de junho, através de convênio assinado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, assumiu a responsabilidade de administração da Creche Comunitária Ângela Adelaide Furlan Dellatre, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O atendimento às crianças de zero a seis anos já não é tarefa da família. Nesse sentido, a APMI Saza Lattes desenvolve atividades na área de educação com a finalidade de assegurar um espaço adequado ao desenvolvimento integral da criança. O objetivo é beneficiar as comunidades menos favorecidas realizando a prestação de cuidados essenciais ao desenvolvimento e socialização de seus filhos.

Particularmente para as mães que dependem do trabalho para o sustento familiar, vale considerar a necessidade desse atendimento.

Situada no bairro do Tingüi, região do Bacacheri, a Creche Ângela Adelaide Furlan Dellatre permite um atendimento de até 100 crianças.

A Diretoria da Saza Lattes elaborou um minucioso programa de trabalho para a Creche, tendo como uma das principais metas a adequação do quadro de recursos humanos para o atendimento às crianças no estabelecimento.

O presente requerimento enseja os cumprimentos do Poder Legislativo do Paraná à Saza Lattes que vem realizando constante esforço para conciliar a qualidade com o atendimento e otimizar os recursos existentes para a educação de crianças.

#### REQUERIMENTO N° 1706

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a

inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações pela posse do novo Delegado Regional do Trabalho, Senhor Sidney Luiz de Souza, ocorrida nesta data.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente requerimento, seja do mesmo dado conhecimento à Delegacia Regional do Trabalho, na pessoa do ilustre Delegado recém-empossado.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Senhor Ramiro Wahrhaftig Secretário de Estado da Educação, solicitando cópia dos convênios firmados entre aquela Secretaria e os Colégios Estaduais Paulo Mozart, Jean Fumiere e João Ribeiro, informando, ainda, as datas das respectivas liberações e os valores de cada liberação.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 1676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Jaime Lerner, solicitando a estadualização, recuperação e pavimentação da Rodovia BR-487 (Estrada Boiadeira).

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) EDNO GUIMARAES

#### JUSTIFICATIVA:

Sabedores que somos, das intenções de V. Exa. em negociar a estadualização de algumas Rodovias Federais que servem ao nosso Estado, vimos solicitar gestões no sentido de mobilizar os órgãos competentes para assumirmos o compromisso de recuperarmos e pavimentarmos a Rodovia BR-487, ligando os Municípios de Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste. A BR-487 também denominada "Estrada Boiadeira" já faz tempo que seu término é um sonho, que agora temos a condição de realizá-lo.

É de bom alvitre sugerir que a citada Rodovia, seja incluída dentre aquelas que possam ser viabilizadas através da iniciativa privada.

Em completo abandono, a "Estrada Boiadeira", tão propalada em discursos dos governos passados, temos certeza que não será também abandonada por nós, que assumimos compromissos com seus usuários que estão desejosos em nela tráfegar e trilhar "Novos Caminhos".



## REQUERIMENTO N° 1677

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar a qualidade da água no bairro da Vila Izabel, mais precisamente na Rua Pedro Colle-re.

Os moradores reclamam que a água está vindo muito suja, sem condições para uso.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1678

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de efetuar reparos na Avenida das Torres, Almirante Tamandaré. Não só esta, mas como todas as ruas nas proximidades encontram-se intransitáveis.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1679

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de efetuar reparos nas ruas do Jardim Santa Cecília, pois as mesmas estão em péssimo estado.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1680

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de efetuar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Quatro, em frente a casa n° 120, no Jardim Paraíso.

Há mais de dois meses que as mesmas estão queimadas, deixando a rua totalmente às escuras.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1681

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de verificar a falta de professores na 7ª série do Colégio Estadual Dona Carolina, nas Mercês. Não tem professores de Português e Ciências desde o começo do ano, e os alunos vão ficar sem nota neste bimestre, além disso, os professores de História e Inglês vão entrar em licença e os alunos vão ficar sem professores, pois segundo a direção do colégio, a Secretaria da Educação não tem professores disponíveis, para que os mesmos sejam substituídos.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1685

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado e ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, para que seja incluído no Programa de Obras do presente exercício, a construção e pavimentação da estrada que liga a Rodovia PR-153 até o Bairro de Conselheiro Zacarias, no Município de Santo Antônio da Platina, numa extensão aproximada de 12 km.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) RENY BORSATTO

## JUSTIFICATIVA:

A construção e pavimentação da estrada que liga a Rodovia PR-153 até o Bairro Conselheiro Zacarias, no Município de Santo Antônio da Platina, é uma antiga reivindicação dos agricultores daquela região, que muito têm sofrido em épocas de chuvas, para o escoamento de suas produções agrícolas, além de verem seus filhos faltarem as aulas por causa do péssimo estado de tráfego, pois a maioria estuda no período noturno na sede do município.

Esta obra será uma recompensa àquela população, que com seu trabalho na agricultura tem ajudado no grande desenvolvimento de nosso Estado, fazendo com que o Estado do Paraná seja um dos maiores produtores agrícolas do País.

## REQUERIMENTO N° 1686

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado e ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos

Transportes, para que seja incluído no Programa de Obras do presente exercício, a construção e pavimentação da estrada que liga a Rodovia PR-439 ao Bairro Ribeirão Bonito de Baixo, no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) RENY BORSATTO

**JUSTIFICATIVA:**

A construção e pavimentação da estrada que liga a Rodovia PR-439 ao Bairro Ribeirão Bonito de Baixo, no Município de Santo Antônio da Platina, é uma antiga reivindicação daquela população, principalmente aquela residente na zona rural, que em épocas de chuvas tem grandes dificuldades para fazer o escoamento de suas colheitas, visto que as estradas ficam em péssimo estado de tráfego, além de prejudicar o transporte de alunos que estudam na sede do município, no período noturno.

A efetivação desta obra é uma antiga reivindicação daquela população, que anos após anos recebem a promessa de que a estrada será feita, mas nunca conseguiram ver os seus sonhos realizados.

**REQUERIMENTO N° 1694**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes providências:

1. conservação asfáltica da PR-468, que liga Umuarama, Mariluz e PR-180;
2. limpeza das laterais da PR-468, que liga Umuarama, Mariluz e PR-180.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A PR-468, que liga Umuarama, Mariluz até a PR-180, necessita de recapeamento asfáltico, pois já se apresentam diversas formações de buracos na pista, com grandes possibilidades de agravar-se com futuras chuvas e o tráfego intenso de veículos.

Igualmente faz-se necessário a limpeza das laterais da referida rodovia. Através de uma roçada, este problema será solucionado.

**REQUERIMENTO N° 1695**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção de 04 (quatro) salas de aula no Colégio Estadual Paulo VI - Ensino de 1° e 2° Graus, no Município de Xambrê.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Lopes, Prefeito Municipal de Xambrê (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Av. A. J. Byington, s/n); ao Senhor Lucas Campanholi, Diretor do Colégio Estadual Paulo VI (Rua Florianópolis, 463 - CEP 87535-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - conj. 101, Ed. Centro Comercial - CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A reivindicação objetiva ampliação do referido estabelecimento de ensino, com a construção de mais 04 (quatro) salas de aula, a fim de proporcionar aos alunos e funcionários condições mais adequadas de aprendizado e trabalho.

Atualmente o Colégio não conta com espaço físico suficiente para atender a demanda, e estão sendo utilizadas salas de aula improvisadas na biblioteca, laboratório e até mesmo na cantina.

Para que se possa oferecer condições ideais de educação, é imprescindível a colaboração desta Pasta no atendimento desta questão.

**REQUERIMENTO N° 1696**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de um veículo modelo Kombi, para ser utilizado pela Associação Alto-niense de Assistência Social do Município de Altônia.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal de Altônia (Rua Rui Barbosa, 815); aos Vereadores Miguel Rezende Neto, Reinaldo Detoni, João Rotta e Anéllo Detoni (Câmara Municipal de Altônia, Rua Getúlio Vargas, 82); a Senhora Ivanir Menegueti Perini, Presidente da mencionada Associação (Rua Santos Dumont, 359 - CEP 87550-000).

Sala das Sessões, em 19.06.95.

**JUSTIFICATIVA:**

De iniciativa da Senhora Ivanir Menegueti Perini, Presidente da referida Associação, tal proposta tem o objetivo de suprir a necessidade de um veículo próprio para atendimento das seis creches que são mantidas pela entidade, facilitando o deslocamento das crianças para o atendimento médico, odontológico, vacinação e ainda, transporte de mercadorias para o abastecimento das creches localizadas nos bairros e distritos de Altônia.



## REQUERIMENTO N° 1697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de um veículo novo para ser utilizado pelo IML de Umuarama, em substituição ao veículo antigo que se encontra em péssimo estado de conservação.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Edson José de Camargo Barros, Delegado Chefe da 7.ª Subdivisão Policial de Umuarama (Av. Rondônia, s/n - CEP 87503-520); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, conj. 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente o IML de Umuarama conta com um veículo modelo Belina, ano 1981, cujo desgaste funcional é muito grande, devido os vários anos de utilização.

Como aquela Seção utiliza o veículo para deslocamentos em regiões afastadas para o desenvolvimento de serviços de natureza policial, é de suma importância que conte com um veículo em perfeitas condições de trafegabilidade, a fim de não prejudicar o andamento dos trabalhos a que se destina.

## REQUERIMENTO N° 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de um caminhão-pipa para o combate de incêndios no Município de Rebouças.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador Renato Mikos Cabral, ao qual somamos o nosso apoio, por entendermos a real necessidade de o município possuir equipamentos apropriados para o combate de incêndios na zona urbana e rural.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1701

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, envio de votos de congratulações a Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL, pelas comemorações do 87º

aniversário de imigração japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

Os 87 anos de imigração japonesa no Brasil não só deve ser comemorado, mas festejado por todos, pois nossos irmãos japoneses, não só se imigraram, mas trouxeram exemplos de trabalho, dedicação e persistência.

Com a chegada ao Porto de Santos do navio Kasato Maru, em 18 de junho de 1908, tinha início a integração total de um povo, trabalhador, unido e cheio de vontade de vencer.

Hoje integrados totalmente à sociedade brasileira, ajudam o País em todas as áreas, com sua sabedoria e seus conhecimentos.

## REQUERIMENTO N° 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Doutor Nestor Batista, para que o mesmo designe uma auditoria, "in loco", na Câmara Municipal de Mauá da Serra, para apurar indícios de irregularidades.

O excesso de recursos repassados pelo Executivo para o Legislativo municipal, por determinação de cinco (5) liminares concedidas ao Legislativo pelo Judiciário da Comarca, fez com que o Presidente da Câmara desencadeasse um festival de gastos com o dinheiro público, gerando com isto vários indícios de irregularidades, tais como:

- Contratação de funcionários sem concurso público;
- Pagamento de diárias aos vereadores e funcionários;
- Criação de novos cargos em comissão;
- Contratação do advogados Dr. Emerson Ernani Woicelichoski, para fins específicos de assessoramento jurídico à Câmara Municipal, no processo de cassação de mandato do Prefeito Municipal de Mauá da Serra, por um prazo de 12 de dezembro de 1994 a 30 de junho de 1995, com remuneração de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme extrato de contrato publicado no Jornal Tribuna do Norte, de 13 de junho de 1995, contrariando com isto o Artigo 39 da Constituição do Estado do Paraná, pois a Câmara já tem como assessor jurídico, em seu quadro, o advogado Dr. Luiz Antonio Zanlorenzi.
- Contratação de veículo de propriedade do Presidente da Câmara, pago com re-

cursos da mesma, para seu uso próprio;

- Inúmeros gastos desnecessários com viagens, refeições, etc.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) EDSON SILVA LINO

# REQUERIMENTO N° 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Doutor Nestor Batista, para que o mesmo designe uma auditoria, in loco, na Prefeitura Municipal de Grandes Rios, para apurar indícios de irregularidades, conforme descrito abaixo:

- A atual administração já completou dois anos e meio de mandato e nunca fez concurso público;

- Contratação de centenas de novos funcionários;

- Demissão de centenas de funcionários concursados, sem justa causa;

- Compras sem licitações;

- Excesso de compras de combustíveis e pneus;

- Utilização de funcionários da prefeitura em suas fazendas e na condução de suas carretas em viagem ao Norte do Brasil, a exemplo do funcionário Adelino, que acidentou-se quando dirigia carreta do Prefeito;

- Utilização de placa de bronze no veículo particular Omega;

- Achatamento salarial dos funcionários com estabilidade;

- Não estão sendo depositados os valores descontados nas folhas de pagamento, referentes ao fundo previdenciário criado pela atual administração;

- Balancetes não estão sendo encaminhados para a Câmara de Vereadores;

- No início de seu mandato, em desobediência à lei, mudou a regra, aumentando seu próprio salário;

- Descumprimento total na área contábil;

- Nomeações de 10 parentes no serviço público municipal, com altos salários, sem concurso público.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) EDSON SILVA LINO

## Projeto de Resolução:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 026/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a cria-

ção do Município de Marciánópolis, desmembrado do Município de Santo Antônio do Sudoeste, com as seguintes divisas:

"Tem seu ponto de partida na nascente do córrego Argentina, limite do Brasil com a República Argentina, e a jusante desse córrego até a foz com o rio das Antas e a jusante desse rio até a foz com o rio Escondido e por linha reta até um córrego afluente do rio Verde e a Montante desse córrego até sua nascente e por linha reta segue até a foz com o rio Jaboti e a jusante desse córrego até a foz com o rio Jaboti e a jusante segue até a foz com o rio das Antas e a jusante até a foz com o rio Capanema, confrontando com a parte remanescente do Município de Santo Antônio do Sudoeste, e Montante do rio Capanema até a foz do rio Lajeado Grande, segue até sua nascente situada na fronteira com a República Argentina, confrontando com o Município de Barracão e pela fronteira internacional segue até o ponto de partida na nascente do córrego Argentina, confrontando com a República Argentina."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

## JUSTIFICATIVA:

Em consonância com a reivindicação dos moradores do Distrito de Marciánópolis, Município de Santo Antônio do Sudoeste, que desejam emancipar-se criando o Município de Marciánópolis, propomos o presente projeto de resolução.

O mesmo obedece os ditames exigidos pelas legislações ordinária e constitucional.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação e conseqüente sanção pelo Poder Executivo.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 027/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Flor da Serra do Iguaçu, desmembrado dos Municípios de Capanema, Realeza e Nova Prata do Iguaçu, com as seguintes divisas:

"Com o Município de Capitão Leônidas Marques: inicia na foz do Córrego Estrela no Rio Iguaçu, sobe por este até a foz do Córrego Luciana.

Com o Município de Boa Vista da Aparecida: inicia na foz do Córrego Luciana no Rio Iguaçu, sobe por este até encontrar a foz do Rio Canguçu.

Com o Município de Nova Prata do Iguaçu: inicia no Rio Iguaçu na foz do Rio Canguçu, sobe por este até encontrar a estrada Nova Vitória/Canguçu, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar a estrada Nova Vitória/Salto Caxias, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar o Rio Vitória, sobe por este até encontrar a estrada Palha/Campina do Cote-gipe, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a estrada Campina/Linha Aurora, deste ponto segue linha reta e seca na direção geral Sul até encontrar a cabeceira de um córrego afluente do Rio Cote-gipe, desce por este até sua foz no Rio Cote-gipe.

Com o Município de Santa Izabel do Oeste: inicia na foz de um afluente do Rio Cote-gipe, desce por este até a foz do Rio Jacutinga.

Com o Município de Realeza: inicia na foz do Rio Jacutinga no Rio Cote-gipe, desce por este até a foz do primeiro afluente à margem esquerda antes da Linha Martins, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Oeste até encontrar o Rio Sarandi, desce por este até a foz do Córrego Flor da Serra, sobe por este até a foz do Córrego Taquara, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Oeste até encontrar a BR- 182, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a estrada Linha São José, segue por esta na direção geral Oeste até defrontar a cabeceira de um afluente do Rio São José, desce por este até sua foz no Rio São José, sobe por este até a confluência de suas duas cabeceiras, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até encontrar a cabeceira de um córrego afluente do Rio Capanema, desce por este até a foz do Córrego das Flores ou Arroio da Queda.

Com o Município de Planalto: inicia no Rio Capanema na foz do Córrego das Flores ou Arroio da Queda, sobe por este até sua cabeceira.

Com o Município de Capanema: inicia na cabeceira do Córrego das Flores ou Arroio da Queda, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Norte até a estrada Alto Faradai/Capanema, segue por esta na direção geral Oeste até a cabeceira do Córrego Tamanduá, sobe por este até a estrada Pinheiro/Duas Barras, segue por esta na direção geral Nordeste até a estrada Duas Barras/Saltinho, segue por esta na direção geral Oeste até a estrada Alto Faradai/Capitão Leônidas Marques, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o Córrego Estrela, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

Em consonância com a reivindicação dos moradores do Distrito de Flor da Serra, Município de Realeza, que desejam emancipar-se daquele Município, criando, assim, o Município de Flor da Serra do Iguaçu, propomos o presente Projeto de Resolução.

O mesmo obedece os ditames exigidos pela legislação ordinária e constitucional.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a devida aprovação e conseqüente sanção pelo Poder Executivo.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 222/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural da Comarca de Marilândia do Sul - CONEDAEC, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação da Presidente da Instituição, Senhorita Marli Chagas Rodrigues, através do Ofício nº 010/95, datado de 05 de junho de 1995, cuja postura administrativa tem demonstrado sua competência e seriedade frente à presidência da Entidade, endossando portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública Estadual, do Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural da Comarca de Marilândia do Sul - CONEDAEC, encaminha-se então, o respectivo Projeto de Lei.

A citada Entidade vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Face as características e postura, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a Instituição em referência, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº

6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Entidades sem fins lucrativos e tendo em vista a documentação apresentada, em anexo.

PROJETO DE LEI N° 223/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado em todo o Estado do Paraná a obrigatoriedade da existência em todas as Delegacias de Polícia, de cela especial para recolhimento de pessoas primárias, com mais de sessenta e cinco anos de idade, mulheres grávidas.

Art. 2° - Caberá à Secretaria da Segurança Pública do Estado e o Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, em parceria com Órgãos afins, estabelecer normas para a adequação da presente Lei.

Art. 3° - Deverá ainda, a Secretaria acima mencionada, bem como a Polícia Militar do Estado, firmar os termos de colaboração e cooperação com Conselhos Municipais, Estaduais, Federais e outros órgãos afins, para a melhor aplicação desta Lei.

Art. 4° - Deverá obrigatoriamente a presente Lei, ficar afixada em lugar visível nas delegacias públicas de nosso Estado, e ser dado conhecimento dela através dos órgãos de imprensa existentes nos municípios paranaenses.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, de preferência a partir do segundo semestre do corrente ano, em razão de sua extrema urgência, revogadas as disposições contrárias, que por ventura existam.

Sala das Sessões, em 19.06.95

(aa) JOCELITO CANTO

LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

Apoiamento: José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Milton Puppio, Antonio Belinati, Sérgio Spada, José Tavares e Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei é para que se dê o devido e exigido respeito às pessoas, que por motivos contrários à sua vontade, são levadas a cometer transgressões inevitáveis, ou até mesmo impensadas, bem como, não sejam tratadas como bandidos contumazes e fiquem à disposição destes nas celas de nossas delegacias, onde sofrem barbaridades das mais diferentes espécies, desde humilhação até violências físicas. Entendemos que não somente aqueles que possuem curso superior devem gozar deste privilégio, mas também as pessoas de bem.

PROJETO DE LEI N° 224/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Caieiras - AMOCA", com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Moradores de Caieiras", fundada em 29 de junho de 1988, com sede e foro no Município de Guaratuba, é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa.

A "Associação dos Moradores de Caieiras" tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade, seus problemas, recursos e aspirações; promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento da vida comunitária do bairro, representar os moradores do bairro em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade; receber e distribuir recursos de qualquer natureza; colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas do bairro, pleiteando as respectivas soluções.

Pelos benefícios que a Associação em tela oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

PROJETO DE LEI N° 225/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, às entidades assistenciais que já se tornaram de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A maioria das entidades assistenciais vive situação de verdadeira penúria, falta dinheiro para quase tudo. Os órgãos governamentais quase não cumprem sua responsa-

bilidade de repassar recursos financeiros, gerando sérios problemas para os abnegados dirigentes dessas entidades.

O mínimo que o Governo pode e deve fazer é isentá-las do pagamento do IPVA sobre os veículos efetivamente com certificado em nome da pessoa jurídica da instituição.

PROJETO DE LEI N° 226/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Euclides Giro-lamo Scalco.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Químico Farmacêutico, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Economista Agrário, diplomado pela Universidade de Louvain (Bélgica), Euclides Giro-lamo Scalco, embora nascido no Rio Grande, tornou-se paranaense por opção há mais de 35 anos, honrando, como poucos, o Paraná e sua gente.

Político por vocação, elegeu-se Vereador em Francisco Beltrão, sua base política, em 1961, e Prefeito em 1965, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), marcando presença na fase de conturbadas reivindicações sociais do Sudoeste.

Em 1974, tornou-se Suplente do Senador Leite Chaves pelo MDB, Partido do qual foi um dos fundadores no Paraná, e seu Presidente.

Elegeu-se Deputado Federal em 1978, e novamente em 1982, já pelo PMDB.

Foi também Chefe da Casa Civil do Governador José Richa.

Mais tarde (1986), elegeu-se Deputado Federal, liderando o PMDB durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988).

Foi um dos fundadores do PSDB, partido do qual recentemente se desligou.

No desempenho de todos esses cargos e funções Euclides Scalco houve-se com extrema honradez e dignidade, eficiência e desprendimento, alcançando o seu trabalho repercussão nacional.

Poucos, nas últimas décadas, elevaram tão alto o nome do Paraná.

Correto, leal, dedicado, sem jamais perder a simplicidade, a lhanza e fidalguia no trato pessoal, Scalco impõe-se à admiração de todos quantos o conhecem, tornando-se o paradigma do político brasileiro, exemplo para a minha geração.

A outorga da Cidadania Honorária do Paraná será uma retribuição do muito que

Euclides Scalco já fez pelo nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anunciamos com satisfação a presença em nosso meio do ilustre Prefeito Paulo Nocera, de Telêmaco Borba, bem como as presenças de Luiz Fernando Silveira e Amadeu Gorski, que conosco dividem a harmonia deste Parlamento.

Anunciamos também o retorno do ilustre Deputado Dr. Rosinha, que aqui conosco vai voltar a fazer os seus trabalhos legislativos.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente,

Srs. Deputados, atendendo um pedido do meu grande amigo Luiz Carlos Alborghetti nós vamos falar de um projeto que estamos também dando entrada aqui na Casa que deveremos fazer a entrada também no dia de hoje e, que é um projeto muito interessante, já existem outros parecidos no Estado do Paraná e nós queremos fazer com que este projeto que nós vamos apresentar em companhia do Deputado Alborghetti, demais Deputados, é que cria a obrigatoriedade da existência nas cadeias públicas do Paraná, Polícia Civil e Militar do Estado, da existência de uma cela especial no recolhimento de pessoa primária, especialmente mulheres grávidas, pessoas maiores de 65 anos de idade, pessoas que pela primeira vez tenham cometido um crime e não tenham curso superior.

Então, nós vamos debater esse Projeto, a partir de hoje, vamos ver as emendas que podem ser apresentadas porque eu acho que é um projeto de fundamental importância, principalmente para o Paraná e para as pessoas que as vezes cometem um delito e são pessoas que não são criminosas. Recentemente lá em Ponta Grossa aconteceu um fato bastante triste; uma pessoa que estava presa, cometeu um crime, acabou sendo colocada numa cela junto com outros marginais e acabou em determinados momentos passando por maus momentos por causa dos elementos que estavam naquela cela.

Então baseado nisso nós estamos trazendo esse Projeto que terá participação do Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Alborghetti, e que a gente quer com isso fazer com que se crie, na cidade que ainda não existe, porque aqui em Curitiba existe um centro de triagem, mas a gente quer fazer com que o Projeto seja estendido a todo o Estado do Paraná, e que nas cidades aonde existir a delegacia de Polícia, e também uma cadeia pública, se tenha lá então uma cela especial para as

peessoas que são primárias, que nunca tiveram antecedentes criminais. As vezes se coloca lá uma pessoa que não é criminosa e ela acaba pagando o pato, as vezes cometeu um delito pequeno e até se prove em contrário essa pessoa não é um bandido, até que a justiça, até que se prove ao contrário na justiça. Então, a idéia é essa. Vamos deixar para debater mais esse projeto, quando então, em companhia do Deputado Alborghetti, vamos voltar a participar desse encontro e dessa discussão em torno desse Projeto.

E gostaria de convidar os Srs. Deputados a participar hoje de mais um encontro esportivo lá em Ponta Grossa, estão pedindo a revanche, nós estaremos lá hoje todos os Deputados estão convidados.

Era isso Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor

Presidente e Srs. Deputados, dois motivos me trazem à Tribuna nesta tarde: primeiro eu tenho um projeto de fundamental importância Deputado Romanelli que vai ser votado em 3ª discussão hoje, mas vai sofrer duas emendas. Eu já recebi uma emenda do Deputado Edno Guimarães que eu achei de fundamental importância. Deputado Edno este projeto está em Brasília, eu entrei com este projeto em Brasília porque na televisão aparece: "Fumar é prejudicial à Saúde." Mas toda bebida alcoólica que aparece, na televisão, dá a nítida impressão que você viaja para um país de 1º mundo que a bebida alcoólica te deixa milionário. Basta você ver o Jô Soares tomar o Rum Bacardi, dá a impressão que o Jô fica mais magro, mais bonito, mais lindo, mais querido da televisão. Basta ver a propaganda agora do Drury's, para ter a impressão que quem toma o Drury's vive num mundo encantado, tomando o Drury's você faz uma viagem para Nova York, para Paris, etc.

E este projeto, Deputado Edno, o Deputado Pizzato entrou, em Brasília, e com a ajuda do Ernani Pudell e do Deputado Rosinha, da Bancada do PT, elaboramos este Projeto, e o Deputado Paulo Bernardes, de Londrina, também levou este projeto para Brasília, porque nós temos que fazer primeiro este projeto lá em Brasília, e colocar em todas as garrafas e latas de bebidas alcoólicas que o álcool é prejudicial à Saúde, não a bebida.

O Deputado Edno achou que deveria ser feito um requerimento, eu não gosto de requerimento, requerimento eu bato no meu Gabinete, a gente manda de quilo, não resolve nada. Este projeto tem que autorizar

o Governo. Conversei com o Governador Jaime Lerner, ele acatou a idéia, ele vai estudar este projeto e ver a melhor maneira.

O Deputado Edno acrescentou: "No Estado do Paraná", e o Deputado José Maria Ferreira entra com duas Emendas, uma Substitutiva que tem a seguinte redação: "As empresas produtoras, distribuidoras e comercializadoras de bebidas alcoólicas, no Estado do Paraná, ficam obrigadas a inserir nas embalagens, materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados à Saúde". Excelentes Emendas a do Deputado Edno e do Deputado José Maria Ferreira. Tem também a Emenda nº 178, que as mensagens veiculadas através da televisão deverão ser transmitidas em linguagem escrita e falada.

Estas duas emendas do Deputado José Maria e a emenda do Deputado Edno são de fundamental importância, eu as apoiarei, elas vem acrescentar uma luta. Nos Estados Unidos cada Estado tem a sua Constituição Estadual, cada Estado pode legislar, por exemplo, Nova York tem a pena de morte, Califórnia já não tem.

Então temos que parar com isso, se Brasília não faz, se eles não têm capacidade para fazer, não têm vergonha na cara de elaborar um projeto, de colocá-lo em prática, nós, Deputados Estaduais temos vergonha na cara e elaboramos um projeto. Discuti este projeto com o Governador Jaime Lerner, este é um projeto autorizatório, eu estou autorizando que ele tem a liberdade de fazer isso.

Como o projeto do Deputado Luiz Carlos Martins é de fundamental importância, obrigando os ônibus a usar cinto de segurança, também, como o Deputado Carlos Simões apresenta um projeto, apesar dele estar acamado e o Deputado Rosinha vai retirar o projeto que obriga todas as academias de artes marciais ser registrada e cadastrada na Secretaria de Segurança Pública, porque, no mês passado, um professor de Karatê matou um aluno dentro de uma academia na capital do Estado, com as mãos. Assassinou um aluno dentro de uma academia na capital do Estado. Mostrei no meu programa de televisão. A Tribuna do Paraná mostrou em primeira página, o Diário Popular que são os dois grandes jornais da crônica policial estamparam na primeira página. Então, são projetos que são um alerta para a família brasileira.

Um outro projeto, que o Deputado Jocelito Canto me deu a parceria, nós debatemos esse projeto no palácio do governo. Não estamos criando nada de anormal, não estamos obrigando o governo a gastar nenhum tostão. Nós queremos - por exemplo, o



filho do Deputado Rossoni está num carro com o meu filho e dá uma batida e acontece que o meu filho sofre um acidente violento e o filho do Deputado também está dirigindo sem carteira, veja o que nós queremos fazer no Paraná. Ao invés de pegar o meu filho, o filho do Deputado Tavares, do Ricardo Chab, do Deputado Algaci, do Luiz Carlos Zuk e levar e colocá-los juntos com assassinos, junto com bandidos dentro de uma cela...

Veja bem, Deputado Tavares, pegar o meu filho que sofreu o acidente ou cometeu uma arbitrariedade, não tem documento, prende e joga dentro de uma cela junto com bandido, com criminosos, com vagabundos, com traficantes. Nós queremos criar em todo o Paraná o Centro de Triagem. Deputado Tavares, V.Exa. deu uma parte de sua vida para o Polícia Civil do Paraná. V.Exa que honrou e dignificou o distintivo nobre, soberano da Polícia Civil do meu Estado, V.Exa que mostrou, depois de ser perseguido, humilhado, rasgado, V.Exa. deu a volta por cima, fez aqueles canalhas engolirem o senhor de boca para baixo, e V.Exa. provou que foi um dos melhores delegados de polícia que tivemos no Paraná, por causa da sua luta contra a violência contra a família brasileira e V.Exa. entrou na vida parlamentar, V.Exa. sabe que temos que ter um Centro de Triagem em Londrina, com celas especiais, nós temos que ter um Centro de Triagem em Cianorte, na terra do Deputado Edno Guimarães, temos que ter um Centro de Triagem em Maringá, na terra do Deputado Joel Coimbra.

Nós temos que ter um Centro de Triagem na sua terra, Deputado Miltinho. Temos que ter em todas as cidades, Centro de Triagem, porque prende, Deputado Accorsi e um filho do senhor pode estar passeando com meu filho, os dois sem carteira de motorista, sofrem um acidente e aí o meu filho vai para as suas mãos no hospital, e o seu filho é detido, porque até localizar o Deputado Accorsi, ele tem que ser preso. Vão colocá-lo numa cela, mas eles colocam as pessoas inocentes, dentro de celas onde tem bandido, assassino, traficante. Nós temos que ter um Centro de Triagem com celas especializadas. O menor tem que entrar dentro de uma cela, a mulher numa outra cela, mas isoladamente, para depois o delegado chamar um assistente social, chamar uma psicóloga.

Então essa idéia que o Deputado Jocelito debatia comigo em Palácio, ao lado do Governador Jaime Lerner, quando o governador estava numa reunião conosco, não é isso Deputado Jocelito, inclusive participei do programa do Deputado Jocelito falando sobre isso. Então essa idéia que surgiu de um problema grave que aconteceu em Ponta Grossa que o Deputado Jocelito teve que

ir brigar, teve que dar a sua cara para bater. Porque prenderam uma pessoa inocente em Ponta Grossa e botaram no meio de bandidos, de marginais, de vagabundos, de canalhas e de assassinos. Então o Deputado Jocelito se encontrou comigo e falou: "Alborghetti, em Curitiba tem?" - Tem, o Centro de Triagem. "E nós não poderíamos fazer um projeto para criar um centro de triagem em todas as delegacias do Paraná?"

Existe possibilidade. Tem um Projeto do Deputado Rosinha é o meu Projeto que eu nem apresentei porque estava esperando ser aprovado o Projeto do Deputado Rosinha, de criar, por exemplo, centros de amparo à mulher violentada em todo o Paraná. Então essas são as idéias. O Prefeito Rafael Greca já fez isso na capital do Paraná sem depender de um tostão do governo. Então são idéias que nós estamos plantando, nesta tarde, aqui. Espero a aprovação de todos os Senhores Deputados às nossas idéias, que são idéias que atravessam esse concreto, chegam ao Palácio do Governo e que o Palácio do Governo as coloque em prática. Porque isso, chama-se, Ação Social e Cidadania para a família brasileira do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Queremos lembrar a pedido do Deputado Toti Colaço que no dia de amanhã, S.Exa. o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná - Luiz Amaral, estará conosco expondo aquilo que é tese de todos os Senhores Parlamentares desta Casa, que é o reforço da situação da reforma constitucional no que concerne, principalmente, à fase tributária. Onde teremos aqui diversos prefeitos em nossas galerias com a idéia de reforçar a nossa tese municipalista.

Então, teremos no dia de amanhã o Pequeno e o Grande Expediente dedicados a este assunto.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na tarde de ontem estive com o Senhor Ramon Dorilo Soares - da Cidade de São Miguel do Iguçu, poliglota. Fala: português, espanhol e guarani. Estive junto à ocupação que os índios Avá-Guarani fizeram a um território da Itaipu Binacional na Cidade de Foz do Iguçu aonde pudemos constatar naquela ocasião a situação difícil que passa aquela população indígena. Para fazer o entendimento da situação, vou ler uma nota divulgado pelo Senhor Silvano Vaz, Cacique da tribo Avá-Guarani, da Cidade de São Miguel do Iguçu e também por Teodoro Tupã, Vice-Cacique.

(Lê):

"NOTA DO POVO GUARANI À POPULAÇÃO EM GERAL, A IMPRENSA E AUTORIDADES

Nós, povo indígena Avá-Guarani, localizado no Município de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná, vem dar conhecimento à população em geral, imprensa, autoridades e órgão competentes que no dia 15 de junho de 1995, reocupou de maneira pacífica, a área de Paraná Porã de 622.9 ha., que é de posse imemorial do nosso povo Avá-Guarani, e se encontrava em mãos da Itaipu Binacional.

Os motivos que nos levaram a fazer essa retomada foram os seguintes:

- Em 1982, tivemos nossas terras inundadas pelo lago da Itaipu Binacional, e transferidos a título provisório para a área do Ocoy, com apenas 230 ha., para mais de 300 parentes. Até hoje a Itaipu Binacional não deu solução ao nosso problema fundiário.

- A atual área do Ocoy, é insuficiente para nossa sobrevivência física, cultural e religiosa como nos garante o capítulo 231 da Constituição Brasileira.

- A área de Paraná Porã, nos foi indicada pela própria Itaipu, e aprovada por toda comunidade indígena Avá-Guarani, porém, até hoje a Itaipu Binacional, não efetivou nossa transferência para lá.

- A incidência de doenças como: verminoses, diarreias, subnutrição e até malária, tem atingido muitos de nossas crianças e adultos, por causa da insuficiência de terras para nosso plantio de subsistência.

- A mata na área Paraná Porã, é sagrada para nós Guarani e queremos preservá-la de ser derrubada com apoio da FUNAI e IBAMA.

No momento, toda a área Paraná Porã está sob o controle da comunidade Avá-Guarani e parentes Guarani que vieram do Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, para nos ajudar a delimitar a área e participar em nossos rituais religiosos.

A comunidade Avá-Guarani faz as seguintes exigências:

- Que a FUNAI tome providências imediatas e coloque a placa de identificação da área indígena, proibindo a entrada de pessoas estranhas e seja demarcada e homologada de acordo a Constituição Federal Brasileira.

- Que a Itaipu Binacional indenize de forma justa o colono, que vive em 64.3 ha., dentro da área Paraná Porã.

Somos mais de 60 pessoas, entre mulheres, homens e crianças que entraram na área de Paraná Porã.

Qualquer problema que possa vir acontecer a alguém de nossas famílias, será de responsabilidade da Itaipu Binacional e FUNAI, órgãos responsáveis pelas dificul-

dades que enfrentamos nos últimos 13 anos, e neste momento.

Assinam pela comunidade Avá-Guarani

SILVINO C. M. WASS

Cacique

TEODORO ALVEZ TUPA-I

vice-Cacique

Foz do Iguaçu, 15.06.95"

Senhores, continuo lendo o texto assinado por várias lideranças do Município de Foz do Iguaçu, partidos como o PFI, PDT, PMDB, PSDB.

(Término do tempo)

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Gostaria de ceder o horário do PSDB ao orador que está usando a Tribuna.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado, Deputado.

Passo então a usar o Horário da Liderança do PSDB.

Então, leio um texto assinado por vários representantes de Partidos do Município de Foz do Iguaçu e outras tantas entidades, que diz o seguinte:

(Lê):

"SOLIDARIEDADE AO POVO AVÁ-GUARANI

Nós do Movimento Supra Partidário em Pról da Supremacia da Verdade, da ética, da moral, enfim da Justiça Social e Econômica na Administração Pública de Foz do Iguaçu, vimos por intermédio desta expressar nossa total e irrestrita solidariedade ao povo indígena Avá-Guarani, que há 13 anos luta pela reconquista de uma parte de suas terras, desapropriadas para a construção da Itaipu Binacional.

Conclamamos as autoridades responsáveis a atenderem as suas justas reivindicações sendo as imediatas a sua permanência na área Paraná Porã de cerca de 620 ha. e a compra por parte da Itaipu Binacional dos 64.3 ha. remanescentes da área denominada Paraná Porã hoje em mãos de particulares. "Lembramos que uma Nação só será realmente grande e respeitada, quando respeitar e tratar com a devida atenção suas minorias.

Foz do Iguaçu, 17.06.95

26 assinaturas ilegíveis"

Senhores, para que nós consigamos entender o que acontece com essa comunidade indígena, e até ressaltando o trabalho já realizado, pelo que me consta já dois deputados na legislatura passada, Doutor Rosinha e Cezar Silvestri, quando já fizeram com a comissão especial uma incursão pelo Estado do Paraná e levantaram essa questão que está nesse relatório que eu gostaria de ler para tomarmos ciência dos dados concretos da questão.

(Lê):

"Nós da comunidade Ava-Guarani da Área Indígena Ocoi, estamos pedindo apoio a vocês senhores para conseguir um pedaço do Parque Nacional do Iguaçu, que seria de 5.000 hectares.

Nós estamos lutando mais de 10 anos, e a comunidade está crescendo e vai crescer mais.

Nosso pensamento voltar a viver de novo na mata, porque a mata dá saúde para as crianças e para os adultos também.

Porque nós nunca destruimos a mata, porque a gente não tem capacidade, porque a mata é nossa casa.

Quem destrói a própria casa?"

Então naquela época já levantavam a preocupação da área que eles viviam. Para que os demais Deputados tenham conhecimento do problema, a terra que foi ocupada pelas águas do lago é em torno de 1500 hectares, e foram colocados em duzentos e tantos hectares trezentos índios. E há treze anos atrás eles vêm com a promessa, de acordo com os convênios assinados, de ceder um pedaço de terra decente para esse pessoal viver. E nessa área, é uma área junto ao lago de ITAIPU, e ali o reforestamento é artificial, então não tem um ambiente adequado para a sobrevivência indígena. Mas em todo caso eles estão lá.

O que leva a ter uma preocupação é que se dá solução para vários outros exemplos, como por exemplo salvar até um bico de um Tucano, perderam o bico, fizeram uma prótese, estão pagando especialistas para ensinar o Tucano a comer novamente. Tem várias ações com muito gasto e não atende o bicho índio. Isso é um absurdo.

O Sr. Cezar Silvestri - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Colombo nós estávamos acompanhando o seu pronunciamento e nós fizemos parte de um grupo junto com o Deputado Rosinha, Paulo Maia e mais alguns Deputados, que percorremos todas as reservas indígenas no ano de 92.

Apresentei um Projeto de Lei Complementar aqui nesta Casa que foi aprovado e hoje é lei, onde todos os Municípios que possuem reservas indígenas passam a receber royalties, receber uma parte do ICMS do Estado do Estado do Paraná, um acréscimo no ICMS desses Municípios. E infelizmente nós pudemos constatar que os Municípios não estão repassando esses recursos para as reservas indígenas. Nós teríamos uma sugestão inclusive que como nós não podemos legislar nas leis municipais, que os Vereadores desses Municípios fizessem uma lei que obrigasse o Executivo Municipal a repassar parte desses recursos para as reservas indígenas.

Mas com relação especificamente a área

do Cui, nós estivemos em contato com a Presidência da ITAIPU durante esses últimos meses onde está sendo elaborado um convênio entre ITAIPU, FUNAI, o Governo do Estado e a Prefeitura de São Miguel do Iguaçu se não me engano. Já teve aprovação por parte da Prefeitura de São Miguel do Iguaçu e esse assunto, esse convênio está sendo analisado por parte do Governo do Estado. Mas enquanto o Governo do Estado não se pronuncia a presidência da ITAIPU elaborou uma minuta, um protocolo de intenções com a FUNAI para começar a desenvolver este convênio, pelo menos para o ano de 95. A idéia é que este convênio seja feito por 25 anos. Inclusive nesta minuta, que depois passarei as suas mãos, várias das reivindicações que os índios do Cui fizeram a V.Exa. já estão estabelecidas e garantidas neste convênio, como por exemplo: - A ITAIPU se compromete a implantar a rede de água potável, na reserva.

Aquisição de 4 barcos, a remo, para transporte escolar e um aeromotor para apoio e assistência à comunidade.

A construção de depósito de produtos e implementos agrícolas na reserva.

Aquisição de filtros domésticos para atendimento emergencial, sem fontes próximas de água potável.

Aquisição de filtros domésticos para atendimento emergencial, sem fontes próximas de água potável.

Aquisição de cobertores e doação de colchões.

Aquisição de ferramentas e equipamentos agrícolas.

Aquisição de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Utilização de trator de ITAIPU, inclusive de operador de transporte.

Implantação de pomares e hortas.

Reintrodução e manejo de animais silvestres em semi-cativeiro.

Alocação de sala escritório e apoio logístico em Foz do Iguaçu, inclusive residência para gerente de programa.

Contratação de estudos antropológicos.

Enfim, são vários os itens que asseguram a grande maioria das reivindicações dos índios do Cui. Num levantamento preliminar, foi nos passado que este convênio seria na ordem de 280 mil reais que seriam repassados da ITAIPU para os índios. Então nós estamos agora, inclusive tentei entrar em contacto na 4ª-feira com os índios do Cui para que eles viessem para Curitiba para que este convênio seja assinado com os representantes da reserva e da FUNAI. A Prefeitura de São Miguel como já disse se mostrou favorável à assinatura acredito que logo teremos uma posição do Governo do Estado.

A grande polêmica que fica é com rela-

ção à área que os índios necessitam uma ampliação da área. Só para que V.Exa. saiba, quando foi feito, iniciado este convênio, lá na reserva nós tínhamos apenas 50 e poucos índios, hoje estamos com 300 índios. Os índios têm uma característica nômade, onde eles mudam de reserva para reserva com o passar do tempo. Logicamente com 50 índios aquela área era suficiente, hoje não é mais, com 300. Por isso a necessidade da participação do Governo do Estado. A ITAIPU tem uma certa dificuldade para aquisição da área, porque como ela é uma empresa binacional ela precisa da autorização também do Governo paraguaio, então isso dificulta um pouco, mas aí acho que podemos ajudar e muito se nós conseguirmos convencer o governo do Estado para que ele entre com uma área para que haja ampliação da reserva indígena do Cui.

Mas enfim, existe uma minuta, existe a intenção, de parte da ITAIPU acho que ela está se dispondo a cumprir imediatamente, inclusive para assinar ainda esta semana. Acho que o primeiro passo está dado. Mas é de fundamental importância que nós continuemos olhando para os índios do Paraná.

O Sr. Dr. Rosinha - Nobre Deputado, a questão dos índios do Cui, é um problema a nível nacional, aonde toma-se a melhor terra, toma-se a sua maneira de subsistência e não se dá nada em troca.

Na questão do Cui tomaram todas as terras e transferiram eles de área com área insuficiente, tanto em quantidade como em qualidade. E desde a construção do lago estes índios estão como que abandonados até agora. Poucas coisas tem sido feitas. Espero que esta ação agora, desenvolvida por eles ao expressar-se na ocupação dessas terras que realmente crie-se um problema e que as autoridades como ITAIPU e FUNAI se preocupem na solução. Porque ali, cerca de 40% daquela população esta sendo submetida a fome e quando nós lá estivemos eles viviam do lixo de São Miguel do Iguçu, isso é crime o que se faz com aqueles índios!

Então acho que nós temos que apoiar mesmo esta posição deles e colocar-nos como instrumentos da luta desses índios para que eles conquistem as melhores condições para eles, porque é necessário, porque senão, vão morrer de fome como estão morrendo.

O SR. JOEL COIMBRA - Obrigado Deputado Rosinha. Eles estão querendo uma área, 64 hectares, que é uma área mecanizada para eles fazerem a agricultura, porque estão num processo de incorporação, artificialmente, mas que é inevitável o processo de aculturação do nosso ritmo, mas convém lembrar que do lado paraguaio, a ITAIPU

Paraguai já adquiriu 1600 hectares e está assentando os índios guaranis e a situação permanece do lado brasileiro.

Para entender que os índios estão passando fome, estão bebendo água com coliformes fecais, não tem nenhuma medida de saneamento. Esse é um problema cultural sério de adaptação às medidas saneadoras e vem se arrastando o problema. Eles tomaram uma medida mais enérgica, ocupando uma área chamada Paranaporã, para forçar uma situação. Fico contente que já tem uma minuta em andamento de entendimento entre as partes e esperamos que logo seja assinado, porque tem um complicador. Nessa turbulência de sai e não sai da direção de ITAIPU, isso pode levar a perder dois anos de negociação, porque os índios estão negociando há dois anos. Cada presidente que entra, não concorda e fala que vai fazer uma outra coisa melhor e desfaz tudo o que o outro fez. Aí começa tudo de novo e aí o índio como não tem poder de voto, não tem dinheiro, não tem expressão pública nenhuma, a população já não entende muito bem a situação deles, quer dizer, ninguém vai defender esses pobres coitados. Estão passando frio na mata, sem água potável e estão com fome. Esse é um dado sério e preocupante.

Então, levantando essa questão dos índios, é importante bater na questão das minorias do Estado do Paraná e vamos pressionar para que o governo do Estado do Paraná e a ITAIPU logo entrem em acordo, porque, como estava falando anteriormente, para encerrar a explicação do tucano - o animal tucano. A ITAIPU gasta em recursos e o Deputado Samis da Silva deve conhecer bem a realidade, porque é do município dele. Recursos, no âmbito da pesquisa, da tecnologia, é louvável. Agora, não podemos deixar de lado o ser humano. Lá tem um tucano, Deputado Alborghetti, que perdeu o bico. Fizeram uma prótese, colocaram no tucano e contrataram uma psicóloga para ensinar o tucano a voltar a comer. Aí o índio está lá morrendo de malária, de diarreia, com risco sério, bebendo água suja, cheia de fezes, com agrotóxicos. Aí não tem problema. Com lixo. Aí, tudo bem, aí não tem pesquisa, não tem investimento nenhum.

Obrigado e esse era o alerta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

- No horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Trevisan, do PTB.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Sr. Presidente, o que me traz hoje à tribuna é um assunto que seria de grande importância para esta Casa melhorar ainda mais os trabalhos que ela tão bem já vem realizando.

A nossa Assembléia Legislativa é considerada uma das mais produtivas do país, senão a mais produtiva em termos de agilidade na apresentação, encaminhamento e votação das proposições aqui apresentadas e entendo que para nós melhorarmos ainda mais esta realidade é importante que nós aqui, a Assembléia Legislativa, nós embarquemos no bonde da modernidade. Nós vivemos num mundo que cada vez mais se transforma numa agilidade, num passado imaginável.

As transformações que nós experimentamos nos últimos 30 anos, foram mais significativas e profundas do que todos os anos anteriores de existência do ser humano nessa terra e quanto mais nós avançamos, quanto mais o tempo passa, as tecnologias se modernizam e se avançam é exigido um tempo menor para que mudanças profundas sejam sentidas. E no futuro, já é previsível daqui a muitos anos, que em apenas 24 horas da nossa existência sejam provocadas mudanças mais significativas do que toda a existência anterior do ser humano nesta terra. Falo da informatização, da computação e do apoio que este importante instrumento presta na vida da nossa sociedade.

Nesse processo de transformação, de avanços, de modernização o computador tem um papel de protagonista, um papel fundamental, um instrumento sem o qual hoje é impossível imaginar que certas instituições consigam sobreviver. O computador hoje está presente nas nossas casas, nas nossas vidas, nas empresas, nas instituições públicas, nas instituições privadas ajudando a sociedade, ajudando os empresários, ajudando até mesmo a dona de casa. No Brasil ainda não é assim. Mas em países mais avançados a gente pode perceber, constatar que o computador faz parte da vida do cidadão em todos os seus momentos. Desde o momento em que ele acorda na sua casa, no caminho para o trabalho, no exercício da sua profissão.

Estive no Japão quando era prefeito com o Deputado Antônio Ueno, que faz um grande trabalho de integração do Brasil com o Japão e pude perceber nos trens em que a gente andava o grande número de trabalhadores, de cidadãos que andavam com seu "notebook" no seu joelho já fazendo um trabalho, adiantando um serviço e mostrando que aquela sociedade ela, realmente, já se harmonizou com a vida da informática de uma maneira tão intensa que hoje é impossível se imaginar que ela consiga existir sem o apoio deste importante instrumento.

Acho que já é hora, mais do que nunca, que a nossa Assembléia Legislativa pegue esse bonde da modernidade e realmente saia desta situação em que ela se encontra. E ela se modernize. Informatizando todos os momentos da nossa existência: desde a in-

formatização na parte administrativa, recursos humanos, material, emissão de folha de pagamento na parte contábil, até, fundamentalmente, mais importante que isso. A informatização da parte legislativa. É importante que nós, Deputados, tenhamos o acesso a todos os projetos que estão em andamento nesta Casa, na íntegra. Por exemplo: a gente chega para uma sessão e pega a Ordem do Dia poucos minutos antes. A gente não tem condições de poder, então, discutir à altura o projeto que está sendo apresentado.

É importante que a gente tenha essa Ordem do Dia no computador, com o projeto na íntegra. A sua justificativa, todos os pareceres recebidos pelas comissões as quais o projeto passou. Seria importante nós termos no terminal do nosso computador no gabinete já o projeto que vai ser votado, à tarde, na íntegra, com a justificativa, todos os pareceres das comissões para que nós possamos chegar aqui preparados para discutir o projeto.

Acho que é desejo de todos nós, Deputados, estarmos preparados para a discussão cotidiana dos projetos aqui, desta Casa. Eu, particularmente, quero contribuir com os meus humildes conhecimentos para a valorização da instituição - Assembléia Legislativa. E às vezes, na sessão me sinto impotente, porque não tive tempo nem oportunidade de discutir e analisar o projeto em todos os seus aspectos. Acho que a informatização da Assembléia é uma coisa simples, não custa muito, no máximo 3 automóveis.

Podemos ter uma central aí de processamento de dados, terminais em todos os gabinetes dos Deputados.

Podemos ter terminais do povo instalados na entrada da Assembléia num sistema interativo e de fácil manuseio para que a população que aqui chegue ela possa acessar os Deputados a sua vida, os projetos que ele está apresentando. Possa ter acesso a todos os projetos em andamento na Casa, o objetivo dos projetos e desta forma nós transformaríamos a nossa Assembléia numa coisa muito mais transparente, aberta ligada a comunidade, valorizada, já muito mais do que hoje já é, uma Assembléia já respeitada, dirigida por um homem de um passado gigante em termos de história, que ajudou a construir a história recente do Estado do Paraná, que é o Deputado Anibal Khury, e desta forma, com esta informatização, nós enriqueceríamos ainda mais o já tão grande conceito que esta instituição desfruta na comunidade do Paraná.

E se nós analisarmos outros órgãos como o Tribunal de Contas do Estado do Paraná que já está todo ele informatizado, vai permitir agora a interligação das Prefeituras com o Tribunal de Contas, e o Tribu-

nal de Contas é um órgão acessório à Assembléia Legislativa.

Esta Casa é o órgão principal de fiscalização dos outros Poderes.

É nesta Casa que tem que residir a grande discussão sobre a fiscalização do Poder Executivo Estadual e dos órgãos coligados.

E desta forma esta Casa tendo essa estrutura de informatização poderia se interligar não só ao Tribunal de Contas, mas às Prefeituras Municipais, à Secretaria da Fazenda e desta forma nós poderíamos acompanhar mais detalhadamente a execução orçamentária e pensando num futuro bem próximo, a interligação, aos sistemas, as redes nacionais e redes mundiais, como por exemplo a Inter Net.

A Inter Net já está oferecendo a todos os usuários os endereços dos Parlamentos de todo mundo. Nós podemos aqui numa Sessão como esta nos interligarmos ao Parlamento alemão, ao Americano, ao Francês, podemos manter conversas com os nossos colegas Deputados de outros Países.

E pensar também noutra coisa, num futuro bem próximo, as notas taquigráficas. Hoje a gente fala as nossas taquígrafas se esmeram em nos acompanhar e agilizar. As revistas especializadas em informática já demonstram que prazo de no máximo dois anos o computador já vai estar decodificando a voz humana.

Nós podemos estar falando aqui e o computador decifrando aquilo que nós estamos falando e imediatamente na tela do computador saindo já o texto completo daquilo que foi dito.

Num prazo de dois anos as mudanças e o avanço estão sendo tão rápidos que num futuro bem próximo a gente vai estar vivendo muito parecido com o que os filmes de ficção científica nos demonstravam há anos atrás.

O Sr. Emerson Nerone - Permite um aparte, Deputado?

Assentimento.

Nobre Deputado Trevisan, o Senhor conhece muito bem o sistema implantado pelo companheiro de seu partido, Alex Canziani, quando então, Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, que fez um processo de informatização muito bom dentro da Cidade de Londrina e capacitou todos os gabinetes de Vereadores a terem acesso a todos os tipos de informações possíveis.

Lembro que seria possível com uma interligação desta maneira por parte de Vossa Excelência, até mesmo com o Tribunal de Contas, acompanhando de perto de que forma aquele Tribunal notoriamente político, com Pareceres extremamente políticos e não técnicos, de que forma foram dados esses Pareceres.

Pareceres tão indignos ultimamente. Se nós tivéssemos alguma forma, uma interligação com o Tribunal, poderíamos acompanhar a forma com que foram feitos os processos e aí acabaria as romarias ao Tribunal.

Acho que esta interligação proposta por Vossa Excelência, e já conversada anteriormente na C.C.J. poderia ser a grande bandeira, Presidente em exercício, Deputado Alborghetti, poderia ser a grande bandeira dessa Mesa Executiva, poderia ser a grande bandeira da Assembléia nestes tempos de modernidade, uma vez que enquanto o mundo, a sociedade civil caminha a braçadas, a Assembléia Legislativa está tentando inventar a roda agora.

A falta de informatização na Assembléia Legislativa do Paraná e com certeza uma vergonha para nós Deputados.

Acho que é o momento da Mesa Executiva, acho que teríamos a oportunidade, Deputado Luiz Carlos Martins, 1º Secretário, que cuidaria das compras dessas máquinas, acho que seria o momento, um marco importantíssimo, um marco dessa Mesa Executiva a implementação dessa proposta feita pelo Deputado Trevisan.

Muito obrigado, parabéns pelo pronunciamento. Acho que sem informatização não é possível acompanhar, de forma alguma, nenhum tipo de processo legislativo, dentro da Casa, quanto mais o processo de fiscalização que muito mais que o processo legislativo importa hoje nas atuais circunstâncias em que o Estado pouco legisla, em que estamos quase que submissos à Legislação Nacional que neste momento é importantíssimo os Deputados Estaduais fiscalizarem, sem uma interligação de dados praticamente é impossível acompanhar qualquer tipo de fiscalização, por menor que seja um programa implementado.

Parabéns pela sugestão que Vossa Excelência faz hoje na Tribuna.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado Deputado Emerson.

Nós poderíamos pensar em formar aqui uma comissão de alguns Deputados que se encarregariam de apresentar uma proposta de informatização.

Eu, particularmente, tenho todo o apreço pelo Tribunal de Contas, e considero o melhor Tribunal de Contas do Brasil, é o Tribunal que inclusive presta assessoria ao Banco Mundial, um Tribunal com o qual convivi e todo o meu respeito a todos os Conselheiros. Deputado Algaci Túlio, com prazer o seu aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentá-lo e dizer que é de fundamental importância o que coloca Vossa Excelência na Tri-



buna da Assembléia hoje, dizer que nós que integramos o Conselho Parlamentar do Sul, eu, o Deputado Nereu Moura, Orlando Pessutti, Luiz Carlos Zuk, Toti Colaço, estivemos no Rio Grande do Sul, estivemos em Santa Catarina, e pudemos ver o avanço das Assembléias.

Rio Grande do Sul por exemplo é extraordinário o avanço na área da informatização. Lá tem o balcão do cidadão, na entrada já da Assembléia, onde ele aperta o botão e sabe aonde está o projeto tal, ele quer saber quem é o relator, se o Deputado está na Casa, se não está, como está tramitando determinado processo.

Enfim, a informatização é completa no Rio Grande do Sul. E tem mais, há inclusive a informatização com o Congresso Nacional também. Então, acho que isso é um avanço extraordinário, nós infelizmente estamos atrasados nesse sentido, mas acredito que o Deputado Anibal Khury ainda dentro da sua gestão, agora com a recuperação do prédio que foi incendiado, teremos uma grande oportunidade já de nessa reforma já implantar a informatização. Nós precisamos fazer isso porque estamos carente nesta área, estamos ainda engatinhando e é necessário que se faça com urgência.

O seu pronunciamento, o seu apelo nesta tarde vem de encontro àquilo que nós temos já colocado nesta Casa, até mesmo quando eu ainda era o candidato a Presidente desta Casa, tinha como meta no meu projeto, de informatizar a Assembléia.

E tenho certeza que o Deputado Anibal Khury deverá colocar em prática isso.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli** - Vossa Excelência me concede um aparte?

**Assentimento.**

Quero dizer a Vossa Excelência que a sua inteligência tem que ser usada para as grandes questões políticas do nosso Paraná, e não para discutir a questão da informatização da Assembléia.

Mas quero ver o Senhor na Tribuna brevemente, falando sobre os grandes problemas na área da educação que tem o Paraná que Vossa Excelência é um profundo conhecedor.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO TREVISAN** - Muito obrigado, Deputado Romanelli, pelo aparte.

Bem, tenho procurado subir à tribuna para falar dos mais variados assuntos, e me sinto autorizado por isso porque fui eleito pelo povo e falo do assunto que eu bem entender aqui.

A informatização da Casa diz respeito ao nosso desempenho se essa Casa estiver

informatizada o nosso desempenho melhora e muito.

Então, acho que esse assunto é da mais alta importância, é um assunto para ser discutido, para ser falado e para ser brigado.

Acho que temos que nos propor aqui a lutar para melhorar esta Casa a cada dia mais, e se este assunto é importante para o desempenho da Casa muito apropriado é vir aqui para falar sobre ele.

Concedo o aparte ao Deputado Vanhoni e depois ao Deputado Rosinha.

**O Sr. Angelô Vanhoni** - Deputado Trevisan, Vossa Excelência traz ao debate desta Assembléia a informatização da Assembléia. Acho que para melhorar o funcionamento da Assembléia, teríamos que seguir, não só como o Deputado Algaci Túlio se referenciou à Assembléia do Rio Grande do Sul, mas gostaria de lembrar o que acontece em Minas Gerais.

Em Minas Gerais, os Deputados dividiram o Estado de Minas, em várias regiões, e periodicamente a Assembléia Legislativa se instala numa região do Estado e promove as audiências públicas, com todos os Prefeitos e forças políticas da região.

Lá o processo de descentralização e de participação pública da sociedade, no Parlamento, chegou a tal nível o Poder Executivo e o Judiciário participam.

Quando a Assembléia se instala numa determinada região um desembargador e um Secretário do Governo, representando o Governador, participam das Sessões.

Isto permitiu com que o conjunto dos Deputados tivesse acesso aos problemas de cada região do Estado de Minas Gerais. Mais do que isso, permite a democratização ao acesso das discussões do Estado como um todo.

Os Senhores imaginem quando fomos discutir o orçamento do Estado do Paraná, se nos permitíssemos e houvesse a possibilidade de que a Assembléia discutisse o orçamento do Estado fragmentado em cada região do Estado do Paraná.

Isso possibilitaria que cada Prefeito, que cada região levasse ao conjunto dos Deputados, as reivindicações para que aquela região se desenvolvesse na área da Educação, Saúde, Agricultura, e nas demais áreas que dizem respeito ao orçamento do Estado.

Gostaria que Vossa Excelência também, junto com esta sua proposta de brigar pela transformação e transparência para a sociedade, com a informatização, levasse em conta a democratização efetiva do poder do Parlamento, que é a sua regionalização e a permissão de que vários setores da sociedade possam interferir no que acontece aqui na Assembléia Legislativa.

**O Sr. Algaci Túlio** - Dentro da proposta do Deputado Ângelo Vanhoni, só informar a Casa que há 4 anos tem um projeto de minha autoria, que descentraliza a Assembléia, e que infelizmente não consegue andar nesta Casa.

Gostaria que todos agora se unissem em torno desse processo, que acho de fundamental importância, nós descentralizarmos a Assembléia, irmos às microrregiões, uma vez a cada 15 dias e lá ouvir o povo, acho que é a maneira de fortalecer o nosso Poder Legislativo.

**O SR. EDUARDO TREVISAN** - Existe um conjunto de medidas que podemos tomar sempre no sentido de cada vez mais tornarmos a nossa Assembléia uma instituição próxima da sociedade.

Muito válida, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está formulando convênios com as associações microrregionais, interligando, através de computador, um pequeno escritório estas microrregiões a Secretaria.

Podemos aproveitar esta estrutura e nos interligarmos, via computador, através de moldes, as microrregiões do Paraná, tendo acesso direto aos prefeitos, vereadores e ao povo do interior.

Apesar da saudade que estávamos sentindo do Deputado Rosinha, peço que seja rápido pois eu preciso concluir.

**O Sr. Doutor Rosinha** - Agradeço, serei rápido.

Deputado desde que aqui chegamos, a gente tem lutado para a informatização desta Casa.

Não só no sentido do acompanhamento do processo legislativo, mas inclusive para o exercício do nosso mandato.

É impossível exercer, com qualidade um mandato de Deputado Estadual se nós não tivermos os computadores de uma Assembléia Legislativa interligados com todo processo que tramita... no Poder Executivo. Isso já ocorre no Senado e na Câmara Federal. Ocorre em Minas Gerais, como citado pelo Vanhoni e como citado pelo Algaci, no Rio Grande do Sul.

Temos que acompanhar todo o processo legislativo mas todo o processo de execução orçamentária do Poder Executivo para que possamos exercer o nosso poder. Nesse sentido é que nós do PT temos lutado para informatizar e terá todo apoio dos Deputados do PT e desejamos ver essa informatização o mais rápido possível, porque sem informação, sem informatização, não há democracia.

**O SR. EDUARDO TREVISAN** - Obrigado Deputado Rosinha. Plenamente de acordo.  
Concedo aparte final ao Deputado Nei-

vo.

**O Sr. Neivo Beraldin** - Vou ser muito sucinto, porque acho que já foi dito tudo: da importância da informatização do Poder Legislativo.

Acho que os Deputados Estaduais, a Assembléia Legislativa deveria ter diariamente inclusive o movimento financeiro do governo do Estado, ou seja, a sua receita e a sua despesa. Não é possível que um parlamentar, para ter uma informação fundamental, ele tenha que requerer, através de ofício e esse ofício venha a ser respondido e se for respondido, dentre 30, 60 dias, ou pela metade. O processo democrático para que ele seja verdadeiramente democrático, ele deve ser transparente e a transparência do movimento econômico, da receita e despesa do Estado, da receita e despesa de cada órgão público do Executivo, é fundamental, para que os Deputados possam ter uma visão global e possam interferir efetivamente no orçamento.

**O SR. EDUARDO TREVISAN** - Obrigado. Para encerrar, Senhor Presidente, o computador é instrumento de trabalho, melhora a atuação de cada um de nós deputados, nas nossas funções de legislação e fiscalização. Sem o sistema de computação interligado aos órgãos do Poder Executivo, nós não podemos exercê-lo na sua plenitude. Este parlamento, já dentre os parlamentos estaduais do país, desfruta de um conceito invejável. Para nós melhorarmos ainda mais e crescermos mais ainda no conceito não só do nosso povo, mas do país como um todo, essa informatização vai ser de fundamental valia e eu me coloco à disposição para integrar uma eventual comissão criada por deputados, para, num prazo muito curto, de duas semanas, apresentar um projeto de informatização total da Assembléia, não só na parte administrativa, mas principalmente, na parte legislativa e mais, para uma implantação paulatina, barata, possível e de fácil manuseio em que todos nós possamos nos utilizar desse importante instrumento que é a informática, para melhorarmos o nosso desempenho.

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)**  
Esta Mesa registra, em nome do Deputado Élio Rusch, do Vereador José Sein, do Presidente do PDT de Medianeira, Mário Berri e do Empresário Wanderlei Sin.

Registra também com satisfação, em nome do Deputado Samis e do Irineu Colombo, a presença do Prefeito de Medianeira, Luiz Antonio e do vice-Prefeito.

Em nome da Mesa, sejam bem-vindos a este parlamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, normalmente registramos a presença de Deputados, Senadores, Governadores, Prefeitos. Queria pedir permissão para fazer um registro de um trabalhador que visita esta Casa. É uma das figuras mais populares do Sul do País, que é o Ernani Ribas do Vale, que há 31 anos está ali no Restaurante Madalosso, ele é o Gerente Geral. Não sei qual é a quantidade de gente que já passou por ali, mas o Madalosso está no Guinness Book. 4.600 lugares. É o segundo maior restaurante do mundo. O primeiro é em Bangkok. Então Senhor Presidente, fugindo um pouco da tradição de registrar só a presença de políticos, é bem-vindo um trabalhador como o Ernani, que com a sua simpatia, tem acolhido a todos que vêm à Curitiba e que frequentam aquele local.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Em nome do Deputado Antonio Belinati e em nome desta Mesa seja bem-vindo a este Parlamento, Senhor Ernani Ribas, que é gerente do maior restaurante da história do Brasil. A Mesa passa para o Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Cesar Selme, declina. Tendo declinado passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças do PMDB concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos no dia de hoje transmitir aos parlamentares desta Casa o convite para participarem - na Região Sudoeste do Paraná, no dia 21 de junho do Dia do Alerta. É uma movimentação promovida pela CAMSOP - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, pela Associação dos Prefeitos do Sudoeste, pelas Associações Comerciais, os sindicatos da Região. Esse Dia de Alerta a ser realizado no dia 21 de junho no Sudoeste, deverá paralisar todas as atividades produtivas da região neste dia.

Para procurar demonstrar o grave momento econômico que se vive internamente no país. A despeito de termos uma moeda valendo mais do que o dólar, internamente, no País. A despeito de uma inflação baixa para as médias brasileiras, estamos vivendo, indiscutivelmente, um momento de grande preocupação de empresas, empresários, produtores rurais, enfim, atividades produtivas nacionais. A Associação de Câmaras e a Associação dos Municípios juntamente com a Associação Comercial e sindicatos do Sudoeste, pretendem mostrar, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de que quando da realização do Plano Real, discutiu-se muito a reforma tributária, a necessidade de uma reforma tributária e uma

reforma fiscal no nosso País para podermos dar sustentação à nova moeda que estava surgindo. Para poder dar sustentação à inflação que estava sendo controlada. Indiscutivelmente, todos nós sabemos por menor conhecimento de economia que tenhamos, que uma inflação baixa é pura e simples consequência de um plano econômico que esteja dando certo. A inflação não pode ser um fim, não pode ser um instrumento a ser mantido à custa de todo segmento produtivo, com o único objetivo de mantê-la baixa sob pena de nós causarmos prejuízos insuperáveis de serem suportados pela produção nacional.

Sofre a Região Sudoeste como tantas outras no Estado do Paraná e sofre o Estado do Paraná por ser um Estado de produtos primários um dos momentos mais difíceis da sua economia. Nós temos a nossa capacidade de geração de bens de consumo da população muito grande no nosso Estado. O sistema tributário não compensa aos municípios produtores de produtos primários, não agrega valores nas suas Receitas, as empresas do interior do nosso Estado estão todas em fase pré-falimentar, a agricultura do interior encontra-se na mesma situação e conseqüentemente o Poder Público também vive momentos de impossibilidade total de manutenção da máquina administrativa dos municípios. Tenho conversado sistematicamente com Prefeitos dos pequenos municípios do nosso Estado do Paraná, não há mais o que cortar, Senhores Parlamentares. A despesa fixa com a educação, com a saúde e com a manutenção das máquinas na recuperação de estradas leva todo o Orçamento mensal de Prefeitura, não sobra mais um centavo para investimento. Isto precisa ser mudado. Esta Assembléia, anunciou o Presidente que estava presidindo a Sessão, Zuk, de que destinará, na quarta-feira, o dia para discussão da reforma tributária. É importante que os Senhores Deputados desta Casa debruçem-se sobre este assunto para vermos, inclusive, o que é possível fazer a nível de Estado, de legislação estadual, para nós salvarmos os municípios médios e pequenos do Estado do Paraná. Hoje ainda a Gazeta do Povo e outros jornais trazia matéria mostrando que no Brasil apenas 17% daquilo que é gerado no município fica no município, enquanto que em outros países como a França, por exemplo 47% daquilo que é gerado no município fica no município. Os Estados Unidos é assim, na Alemanha é assim e nós vemos muitas e muitas vezes citar aqui criação de municípios estabelecendo limites e parâmetros com países como Alemanha, como a França sem nos percebermos que a nossa legislação não traz as mesmas condições para podermos dar sustentação de vida aos municípios de pequeno e médio porte do nosso

Estado do Paraná.

Então, este grito do dia 21, grito de alerta do Sudoeste do Paraná, paralisando todas as atividades produtivas daquela região, acompanhado de uma concentração na parte da tarde na FACEBEL - na Faculdade de Francisco Beltrão, onde uma carta será endereçada a congressistas, ao Presidente da República, mostrando de que nós precisamos imediatamente nos debruçarmos na questão de reforma tributária, reforma fiscal, reforma financeira do nosso país.

Não basta um país ter inflação baixa a custa da atividade produtiva. Como disse anteriormente uma inflação baixa é consequência do acerto de uma política econômica. Não pode se gastar reservas nacionais, não pode se quebrar a força de produção nacional com o objetivo único de manter uma inflação baixa porque aí estaremos enganando a nós mesmos. Seria como um filho que herdou uma fortuna do pai e nada faz e começa a vender dia a dia, um dia um lote, um dia um apartamento, um dia uma casa, e gastar, gastar, vai chegar o dia que ele não terá patrimônio e não terá mais dinheiro e estará quebrado.

Portanto, fica aqui o convite aos Parlamentares que puderem estar presentes no sudoeste no dia 21 a esse grito de alerta daquela região e aqueles que não forem que façam repercutir aqui neste Parlamento, neste dia 21, portanto na próxima quarta-feira, repercutir aqui na Casa essa movimentação que certamente outras regiões e o Estado do Paraná fará porque é impossível continuar administrando pequenas comunidades sem recursos econômicos suficientes e é impossível o pequeno e médio empresário brasileiro continuar com o arrocho da forma que está vivendo o que vai gerar falência, concordatas, desempregos, que em outras palavras significa miséria à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sou membro da CPI em substituição ao Deputado Florisvaldo Fier da CPI da SANEPAR, que foi convocada por esta Assembléia para discutir dois pontos fundamentais: o atraso no cronograma das obras do PROSAN, o pagamento de obras não realizada pelo PROSAN e a falta de abastecimento de água, e o consequente racionamento de água na Cidade de Curitiba.

Esta CPI, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vem executando seus trabalhos, vem se reunindo periodicamente, duas a três vezes por semana, mas acaba de receber através do Presidente da CPI, o Deputado José Maria Ferreira, um comunicado da

OAB. Um comunicado da OAB interpellando o Presidente da CPI por uma determinação dos membros dessa CPI. Fato este ocorrido na penúltima Sessão instalada nesta Assembléia. Vou elucidar o caso, os depoentes que estão prestando esclarecimentos aos Srs. Deputados dizem, são depoentes da antiga diretoria, supervisores, diretores, funcionários, engenheiros e membros da atual diretoria. Acontece que a CPI tem tido a presença de membros da atual diretoria assistindo os depoimentos. E um dos depoentes, ao início do seu depoimento, manifestou constrangimento de depor perante a presença de altos funcionários da SANEPAR para assistir o seu depoimento.

Ora, o Código Penal, Deputado Anibal Khury, prevê que qualquer testemunha ao se sentir constrangido ao depor para a justiça lhe é garantido e assegurado o direito que possa proceder o seu depoimento com a maior tranqüilidade, com a maior serenidade. E é isto que a CPI da SANEPAR busca, que as pessoas que venham depor convocadas, e que venham prestar o seu depoimento possam com a maior tranqüilidade discorrer sobre os fatos que aconteceram no passado recente de uma companhia pública como é a SANEPAR.

No entanto, e eu gostaria de que o Governo se manifestasse, há membros da diretoria da SANEPAR que insistentemente, da atual diretoria, estão querendo acompanhar os depoimentos numa atitude clara e transparente de intimidar os funcionários que estiveram em cargos de direção, na direção passada, ao prestar os seus depoimentos.

Ora, nós da Bancada do PT assinamos a convocação desta CPI porque achamos correto objeto da sua investigação, que é saber se houve problemas entre as empreiteiras e a diretoria da SANEPAR no Governo passado em relação as obras do PROSAN. Mais do que isso, queremos saber também os problemas que ocasionaram a falta de água em Curitiba e o consequente racionamento. Aliás, é preciso dizer que há uma denúncia correndo na Cidade de Curitiba que a SANEPAR pretende aumentar em 34% as tarifas de água, sendo que a SANEPAR além de não prestar abastecimento por causa do racionamento cobra a tarifa mais cara das capitais brasileiras.

Ocorre, Sr. Presidente, que um advogado da SANEPAR, presente na CPI, foi solicitado que se ausentasse do recinto porque estava constrangendo o depoente. Este homem se indispôs, mais do que isso, esse homem, este cidadão interpellou o Presidente da Comissão de uma forma desrespeitosa e intimidatória para que ali permanecesse. É lógico que nós Deputados resguardamos a autoridade do Presidente da CPI, com cer-

teza a mais importante desta Assembléia, este início de ano. Agora este Sr. entrou com um pedido na OAB para que fosse garantida não a presença dele mais de 8 advogados de seu escritório que prestam assessoria a SANEPAR.

Quero dizer ao Deputado Algaci Túlio e ao Deputado Waldir Rossori, que têm responsabilidade, porque são Deputados de apóio ao Governo do Estado, e são Deputados que têm responsabilidade com o curso que esta CPI vai tomar, são Deputados que têm responsabilidade com a averiguação dos fatos cometidos na antiga diretoria da SANEPAR e nos fatos que estão sendo objeto de discussão desta atual diretoria, que é a falta de água, na nossa cidade. Se este procedimento, a continuar, por parte de membros desta diretoria, eu, como membro da CPI da SANEPAR, vou arrolar a diretoria toda, da SANEPAR, para vir depôr; eu, como membro da CPI, vou arrolar os 8 advogados para vir depôr. Porque eu não acredito que seja intenção deste Governo intimidar aqueles que quiserem depôr na CPI da SANEPAR.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Cláudio Romanelli - Deputado Vanhoni, Vossa Excelência vai a Tribuna e levanta uma questão que tem sido discutida entre os Deputados que compõe a CPI da SANEPAR. E nós precisaremos, enfim, num arroubo de valentia este advogado chamado José Luiz Costa Taborda Rauem, que na verdade tentou intimidar o Presidente da nossa CPI, que de forma tão firme tem conduzido os trabalhos. A imprensa mesmo tem elogiado a velocidade e a firmeza, a constância que a nossa CPI tem investigado e produzido farto material comprobatório e questões que estão sendo discutidas e testemunhos da maior importância. E quero dizer que intimidado não foi o Presidente da nossa CPI, foi cada um dos Parlamentares que foram eleitos, para aqui nesta Casa representar a voz das ruas.

Porque na CPI da SANEPAR funcionário da SANEPAR todos eles, na minha avaliação, claro que há questionamento sobre isso, mas foi decisão unânime da nossa CPI que funcionário só participa dela sob duas condições quando requisitado para prestar assessoria ou quando convocado para prestar depoimento, esclarecimento. E se algum funcionário da SANEPAR deseja falar a CPI ele pode vir se apresentar que nosso Presidente, nosso Relator já se comprometeram em convocá-lo a depor.

Por isso nós, aqui nessa Casa, temos que fazer alertar a nossa prerrogativa e este cidadão, o advogado Rauem, já foi solicitado por mim, e a CPI deferiu foi convocado para prestar esclarecimento sobre a

autorização que ele deu para veicular propaganda enganosa e com dispensa de citação, por parte da SANEPAR. Por isso que V.Exa. com muita propriedade vai a Tribuna e faz este pronunciamento, esta tarde.

O SR. ANGELO VANHONI - Deputado Romanelli, sabe por quê? Porque vejam bem os funcionários que estão vindo depôr, da antiga diretoria, hoje estão em posição subalterna na administração de uma empresa pública. Eles não podem, na presença de seus chefes, na presença dos membros que estão dirigindo a SANEPAR, serem constrangidos ao prestar depoimentos. Por isso que a própria CPI tomou como indicativo, tomou uma decisão de que funcionários da SANEPAR estariam com livre acesso a toda documentação e depoimentos, no dia seguinte, no mesmo dia, entregaram as notas taquigráficas têm acesso. A diretoria da SANEPAR tem acesso a todas as informações, inclusive as fitas gravadas, para proceder qualquer argumentação contrária aos depoimentos que forem ali travados.

Mais do que isso, como o Deputado Romanelli já esclareceu, qualquer membro da SANEPAR que quiser explicar, expôr, discutir, contraargumentar para a CPI é só levantar o dedo e dizer: - "Eu quero ser ouvido pela CPI." Então não há porque criar este problema político que pode chegar a um problema policial na Assembléia Legislativa com relação aos depoimentos.

Não posso acreditar que seja uma decisão da diretoria da SANEPAR, não posso acreditar que seja alguma decisão por parte dos companheiros que têm assento nesta Casa, que emprestam apoio político ao governo do Estado, fazer esse tipo de procedimento. O que é melhor para nós, é que aqueles convocados venham, se sintam tranquilos para prestar os seus esclarecimentos a essa Assembléia.

Deputado Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Concordo plenamente com o que V.Exa. está colocando sob alguns aspectos e acho que a CPI já decidiu claramente por uma posição de não permitir que funcionários da atual diretoria acompanhem os depoimentos, porque podem vir a constranger o depoente. Agora, nós da CPI, não podemos cometer uma ilegalidade. Eu já havia me apercebido e o Presidente agiu bem quando determinou que os membros da atual diretoria saíssem da sala, e parece que a atual diretoria já entende a posição de não enviar ninguém para acompanhar os depoimentos.

Agora, quanto ao advogado, me preocupa uma decisão da CPI que impeça o acesso do advogado da empresa, porque a função do



advogado é essencial à administração da justiça. Está na Constituição. O Estatuto da OAB permite que o advogado entre como patrocinador de um cliente, de uma causa em qualquer sala de reuniões, assembleias, enfim, ele é um elemento indispensável à administração da justiça, nas cortes, nos fóruns, quem acompanhar sabe que o advogado tem o mesmo tratamento de um juiz, tanto o advogado se dirige ao juiz como V.Exa., como o juiz tem por obrigação se dirigir ao advogado também como V.Exa..

Portanto, a decisão do Presidente, por nós apoiada de decidir pela não permanência dos membros da atual diretoria, válida e apoiada. Agora, a decisão de impedir que um advogado, no exercício da sua profissão, amparado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, permaneça na sala, constitui-se de uma ilegalidade, e se nós mantivermos essa posição, nós corremos o risco de respeitar uma decisão judicial que nos obrigue a aceitar a presença do advogado. Então coloco a minha posição, não para defender a permanência, porque acho que a permanência dele lá em nada pode acrescentar ou diminuir, uma vez que ele não tem por quê ser convocado, porque ele é membro da atual diretoria e convocá-lo para explicar eventuais propagandas enganosas ou não, não é objeto dessa CPI.

A CPI tem por objetivo três questões: a falta de água, PROSAN e eventuais irregularidades em contratos firmados entre a SANEPAR e empresas privadas. A CPI não pode fugir desses três objetivos.

O Sr. Romanelli - Mas é o primeiro ponto, justamente a falta de água.

O Sr. Eduardo Trevisan - Mas um advogado explicar a falta de água? É uma questão técnica. Não tem por quê. Bom, não é para ser discutido aqui no plenário. A CPI tem o seu plenário próprio. Sou contra, porque senão, a CPI corre o risco de não chegar ao seu final, se perdendo em questões que não fazem parte dos seus objetivos inicialmente traçados.

O SR. ANGELO VANHONI - Usei da sua benevolência, mas acho que esse assunto é um assunto importante, porque essa CPI foi votada, teve larga votação neste plenário para a constituição dessa CPI.

Deputado Trevisan, esse advogado é advogado da atual diretoria e da empresa SANEPAR. Ele só vem para cá a mando da diretoria da SANEPAR. Se for assim, nós vamos convocar este advogado e nós vamos convocar os outros advogados, porque do ponto de vista constitucional, aqueles que estiverem convocados não poderão fazer parte do recinto. Será o expediente que nós va-

mos utilizar. Acho que a diretoria da SANEPAR poderia orientar o seu corpo jurídico: "Olhem, fiquem lá tranquilos". "O senhor é Deputado, o senhor repassa todas as informações, ele estuda no seu gabinete, ele estuda com tranquilidade no seu escritório ou no gabinete da SANEPAR, todas as cópias taquigráficas...". Agora, presenciar o depoimento de membros de uma companhia, para mim é uma afronta contra aqueles que querem depor com serenidade.

No meu ponto de vista, eu, como membro da CPI vou solicitar convocação deste senhor e de todos os advogados que a diretoria da SANEPAR mandar para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, pela manhã - no Conglomerado BANEASTADO, o Governador Jaime Lerner lançou mais um Projeto importante na área da educação. (Lê):

"01. PROJETO BANCO ESCOLAR

02. JUSTIFICATIVA

O Plano do Governo do Estado do Paraná, na Educação contempla três eixos: maior permanência dos alunos na Escola; bons professores e participação efetiva da comunidade.

A educação necessita de maior envolvimento da sociedade no processo educacional e que educandos possam ter uma escola em melhores condições de trabalho e aprendizagem.

Como os bancos têm papel fundamental no desenvolvimento sócio-econômico dos municípios, além de grande experiência gerencial, este Projeto atingirá os eixos do Plano Educacional do Governo, pois cada município possui uma agência bancária em que o gerente, pelas características de sua função, tem participação atuante na comunidade.

03. OBJETIVOS

3.1. - Envolver o setor bancário na discussão e solução de questões relacionadas às melhorias físicas e funcionamento das escolas públicas estaduais.

3.2. - Implantar um Programa de Atenção às Escolas Estaduais nos pequenos e médios Municípios, distantes da SEEB e Núcleos Regionais de Educação.

3.3. - Otimizar recursos adicionais aos do Fundo Rotativo, por meio de agências bancárias e comunidade.

04. METAS

4.1. - Levar o programa a 491 escolas



estaduais urbanas, localizadas em 239 pequenos e médios municípios, beneficiando 256.110 alunos, até dezembro de 1995.

4.2. - Integrar um gerente de cada agência bancária dos 239 municípios participantes para que, junto com os demais funcionários e a comunidade, possam viabilizar o alcance dos objetivos do projeto.

#### 05. ABRANGÊNCIA

Municípios com número máximo de 3.000 alunos matriculados em escolas estaduais e pelo menos, uma agência ou posto de atendimento BANESTADO.

#### 06. COORDENAÇÃO

A coordenação geral do projeto será exercida pela Secretaria de Estado da Educação e Banco do Estado do Paraná S/A, a qual deverá avaliá-lo periodicamente, com o objetivo de um redirecionamento ou expansão.

#### 07. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Nos Municípios com mais de uma escola atendida pelo Projeto, o Chefe do Núcleo Regional de Educação, em conjunto com o Gerente do BANESTADO, definirá os critérios locais para a distribuição dos recursos.

#### 08. GERENCIAMENTO DOS RECURSOS

Os recursos angariados com o Projeto deverão ser mantidos em conta única e especial, em nome das Associações de Pais e Mestres (APMs), denominada APM-Escola / Projeto Banco Escolar, e administrados em conjunto com o Presidente da APM, Diretor da Escola e Gerente do BANESTADO.

A movimentação da conta corrente far-se-á por meio de cheque nominal e o saldo existente será aplicado no mercado financeiro, cujo rendimento reverterá em benefício da escola, para exclusiva aplicação no Projeto Banco Escolar."

Este Projeto foi lançado hoje pelo Governador Jaime Lerner, pelo Secretário Estadual Prof. Ramiro e pelo Presidente do BANESTADO Luiz Antônio Fayet.

Esta primeira fase atinge as Regiões Metropolitanas Norte e Sul. Além das Cidades de Ponta Grossa e Paranaguá. No dia 26 ele será lançado em Londrina. (Lê):

#### 2ª FASE: 26/06/95 - LONDRINA

Implantação do Projeto nos Núcleos Regionais de Educação:

- Apucarana
- Cornélio Procopio
- Ivaiporã
- Jacarezinho
- Londrina
- Telêmaco Borba
- Wenceslau Braz

#### 3ª FASE: 03/07/95 - GUARAPUAVA

Implantação do Projeto nos Núcleos Regionais de Educação:

- Cascavel
- Dois Vizinhos
- Francisco Beltrão
- Foz do Iguaçu
- Guarapuava
- Irati
- Pitanga
- Pato Branco
- Toledo
- União da Vitória

#### 4ª FASE: 10/07/95 - MARINGÁ

Implantação do Projeto nos Núcleos Regionais de Educação:

- Assis Chateaubrinad
- Campo Mourão
- Cianorte
- Goioerê
- Maringá
- Nova Londrina
- Paranavaí
- Umuarama"

Este é o Projeto lançado hoje, pela manhã, pelo Governador do Estado Jaime Lerner.

O Sr. Caíto Quintana - Me permite um aparte Deputado?

**Assentimento.**

Pergunto a Vossa Excelência inicialmente, se o fundo rotativo das escolas continua?

O SR. ALGACI TÚLIO - Esse projeto Banco Escola, Deputado Caíto Quintana, tem a permanência do fundo Rotativo das Escolas. Tem a permanência.

O Sr. Caíto Quintana - O fundo rotativo continua. Esse é um programa a mais.

Vossa Excelência poderia detalhar a respeito desse programa, Deputado Algaci Túlio, porque não conseguiu entender.

Confesso que vi nos jornais. Qual a participação do Estado no programa, enfim a forma de execução do programa.

Parece-me que ele centraliza no gerente do Banco do Estado arrecadando fundos.

Qual a forma de, se promovendo festa junina ou se é uma taxa. Sinceramente não consegui entender, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - O gerente do Banco do Estado passa ser um agente intermediador desse projeto Banco/Escola.

Foi muito bem esclarecido hoje pela manhã, pena que Vossa Excelência não nos deu o prazer de sua presença, mas eu lhe passarei inclusive um dossiê.

Mas o gerente do Banco do Estado vai

ser um agente intermediador. Ele será o homem da ligação da comunidade, do cliente do Banco para com a direção da escola.

Ele vai ser o homem intermediador. Não há uma taxa. Apenas vai pedir a colaboração da comunidade no sentido de que possa esta comunidade participar do cuidar da escola, do reformar da escola, da presença das comunidades como fazem as APM's. Normalmente as APM's fazem o bingo, fazem a festa para poder reformar a escola.

Desta feita o Banco do Estado passa através da presença do Fundo Rotativo e da presença do gerente que passa a ter uma credencial muito importante neste processo de ser o intermediário dessa negociação.

O Banco do Estado vai fomentar em cada cidade onde tiver uma agência do Banco, vai fomentar uma atividade, cuja atividade vai trazer o recurso para este fundo que vai ser aplicado financeiramente para poder reverter em benefício da escola.

Acho, Deputado Caíto Quintana, que é um projeto de fundamental importância. Nós temos visto aí escolas dos municípios mais longínquos do Estado, a dificuldade que ele tem, o diretor da escola, a diretoria da escola, em fazer o requerimento e mandar para a FUNDEPAR, ou mandar para a Secretaria de Educação pedindo a reforma da escola.

Até esse recurso chegar, até essa correspondência chegar à Secretaria, até esse recurso voltar, quando tem o recurso, já terminou o ano escolar e a escola não foi reformada e aumentou o número de matrículas e a criança está sem a carteira para sentar.

Acho que aqui vai haver, uma coisa importante: a parceria da comunidade, do cliente do Banco do Estado, e da presença fundamental que é a do gerente. Ele vai passar a ser o agente comunitário que vai envolver a comunidade no processo geral para poder angariar esse benefício.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, gostaria primeiro que Vossa Excelência realmente nos passasse uma cópia do projeto para que pudéssemos estudar melhor e depois nós nos reservaremos para comentá-lo, porque me parece o seguinte, o fundo rotativo tem esse objetivo de um recurso na escola para pequenos reparos.

Para grandes reparos na escola não me parece que atinja objetivo algum que o gerente do BANESTADO, por exemplo, vai arrecadar fundos para reconstrução de uma escola, para ampliação de uma escola, porque esta seria a função da Secretaria de Educação e da FUNDEPAR.

É para o pequeno recurso. E tenho algumas dúvidas, Deputado, que na sequência eu acho que nada que for feito com interesse de apoiar a comunidade não tem por-

que contestar.

Eu apenas... questiono pela validade prática do que possa ocorrer, porque muitas e muitas vezes a gente lança um programa achando que ele resolve uma situação e a gente passa administrativamente a permanecer enganado julgando que tenha feito alguma coisa que na verdade na prática nada acontece, porque as escolas do interior, dos pequenos municípios hoje, Deputado, já vivem com programas feitos pelo gerente do Banco, pelo Presidente da Cooperativa, do sindicato, da associação comercial, do Rotary, do Lyons que, sistematicamente, fazem promoções, muitas delas para as escolas e reverterem para as associações.

Então, até agora não consegui entender aonde fica a garantia da participação por exemplo, do Estado neste programa. Que programa do Estado é este que tem apenas como objetivo colocar o gerente do Banco fazendo promoção na cidade?

O SR. ALGACI TÚLIO - O Estado participa sim, participa através da Secretaria de Educação do Estado, ele participa, a Secretaria é do Governo do Estado, ela não é um órgão independente. Então, não tem porque entender que o Estado não participa, participa sim. Mas eu lhe encaminharei um dossiê, tenho certeza que Vossa Excelência vai concordar que o Projeto é importante para a área da educação. Acho que muito embora exista já hoje o trabalho importante que fazem os Lions, os Rotarys, que fazem as Associações Comerciais, quanto mais gente se engajar na questão da educação, tenho certeza, o nosso Estado vai ganhar.

Queria também Sr. Presidente falar, ouvir o Deputado Vanhoni falar de que a SANEPAR vai aumentar a taxa de água. Não é verdade, não há nenhum indicativo de aumento na questão da água em Curitiba, no Estado do Paraná; se houver ele virá dentro de uma política Nacional, não será uma política isolada da SANEPAR do Estado do Paraná. Não há nenhum indicativo, nenhuma data, nenhum percentual ainda e não sei da onde que descobriram trinta e tantos por cento de aumento da água em Curitiba. Não há nenhum indicativo neste sentido, se isso acontecer, vai acontecer dentro de uma política nacional e não uma coisa isolada da SANEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.  
Sobre a mesa, projeto de resolução de

autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, devidamente apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Autoriza o Poder Executivo a obrigar as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estas à saúde. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. EMENDA DA COMISSÃO DE SAÚDE.**

O Plenário vai apreciar somente a emenda aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### ITEM 02

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Denomina de Vila Rural Félix Feiwisch Lerner a Vila Rural implantada no Município de Toledo. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.**

Será apreciada somente a emenda aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

#### ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/95, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 018/95. Dá nova redação aos incisos I, II, VII e X, do Artigo 2° da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela de n° 10.014, de 29 de junho de 1992 (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente). **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles Mello, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 142/95

O inciso X do artigo 2° da Lei n° 9.579/91, alterada pela Lei n° 10.014/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - ...

X - 01 (um) representante das Universidades Públicas existentes no Paraná".

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOCTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta não altera a paridade e nem retira prerrogativas do Estado, que está devidamente representado no Conselho, porquanto essa alteração somente confere maior democratização na discussão porque não elimina a participação direta das Universidades Públicas.

**O projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão.**

#### ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07, de 21.02.95).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 018/95

**PARECER:**

O projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo tornar obrigatório o uso do cinto de segurança nos ônibus que operam linhas intermunicipais do Estado do Paraná.

Dispõe a Constituição Federal:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Art. 24 - Compete à União, aos Estados

e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

O projeto de lei em questão não deixa de estabelecer e pretender implantação de política para a segurança do trânsito, haja vista os inúmeros acidentes envolvendo ônibus nas estradas paranaenses.

Alguns doutrinadores entendem que Resoluções são normas no sentido genérico e assim, a Resolução 658/85 é omissa quanto ao uso de cinto de segurança em transporte coletivo e por isso, pode o Estado-membro legislar com respaldo no § 2º do art. 24 da C.F..

Já definiu o sábio Hely Lopes Meirelles:

"Atos administrativos normativos são aqueles que contêm um comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei. O objetivo imediato de tais atos é explicar a norma legal a ser observada pela administração e pelos administrados. Estes atos expressam em minúcia o mandamento abstrato da lei, e o fazem com a mesma normatividade da regra legislativa, embora sejam manifestações tipicamente administrativas. A essa categoria pertencem os decretos regulamentares e os regimentos, bem como as resoluções, deliberações e portarias de conteúdo geral". (Direito Administrativo Brasileiro, 1995, 20ª ed., Malheiros Editores, P.161).

Prosseguindo:

"Resoluções são atos administrativos normativos expedidos pelas altas autoridades do Executivo (mas não pelo Chefe do Executivo, que só deve expedir decretos) ou pelos presidentes de Tribunais, Órgãos Legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de sua competência específica". (ob. cit. p. 165)

Igualmente os Constitucionalistas:

"A observação é de que o § 2º do art. 24 e o inc. II do art. 30 cuidam da idêntica matéria com o que tanto os Estados quanto os Municípios podem suprir a omissão da União, desde que se tratando de normas gerais veiculadas por leis ordinárias". (Comentários à Constituição do Brasil, CELSO RIBEIRO BASTOS. IVES GANDRA

MARTINS, Saraiva, 1992, 3º vol. tomo III, p. 74).

Para outros doutrinadores, as Resoluções não são leis e portanto, inexistente a lei federal tratando de normas gerais; que é o uso de cinto de segurança em transporte coletivo intermunicipal. Então, apenas, o atual Código Nacional de Trânsito, autoriza ao CONTRAN (art. 4º e 5º) baixar Resoluções sobre equipamentos obrigatórios em veículos (art. 37, § 2º).

Segundo este posicionamento, a Resolução 658/85 esqueceu-se de mencionar o uso do cinto de segurança em ônibus (transporte coletivo), podendo o Estado do Paraná, exercer sua competência para legislar, sobre suas peculiaridades ou peculiar interesse (§ 3º do art. 24, C.F.).

"Desta forma, apenas se a União não produzir lei ordinária federal para normas gerais é que provisoriamente poderão os Estados produzi-las". (Comentários à Constituição do Brasil, CELSO RIBEIRO BASTOS. IVES GANDRA MARTINS, Saraiva, 1992, 3º vol. tomo III, p. 78).

E prossegue o mesmo autor discorrendo sobre o art. 30, inc. I, C.F.:

"O que houve de novo foi o abandono da expressão 'peculiar interesse', cláusula-chave para determinação da competência constitucional desde 1891, pela expressão equivalente 'assuntos de interesse local'.

A excelente definição de Hely Lopes Meirelles não deixa dúvidas sobre o tema: 'Peculiar Interesse' não é o interesse exclusivo do Município, não é interesse privativo da localidade, até o que define o caráter de 'peculiar interesse' é a predominância do interesse do Município sobre o Estado ou a União. Vejamos: 'peculiar interesse' não é interesse exclusivo do município; não é interesse privativo da localidade; não é interesse único dos municípios. Se se exigisse essa exclusividade, essa privatividade, essa unicidade, bem reduzido ficaria o âmbito da administração local, aniquilando-se a autonomia de que faz praça a Constituição. Mesmo porque não há interesse municipal que não o seja reflexamente da União e do Estado-membro, como também não há interesse regional ou nacional que não ressoe nos municípios, como partes integrantes da Federação Brasileira, através dos Estados a que pertencem. O que define e caracteriza o 'peculiar interesse', inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o Estado ou a União (Direito Municipal Brasileiro, 5ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981, p. 76)." (3º vol., tomo III, p. 223 e 224)

São palavras de J. Cretella Junior:

"Quando se fala em normas gerais, fala-se ao mesmo tempo, por oposição, em

normas especiais, estaduais, de caráter supletivo, que preenchem a 'lacuna' o 'vazio' o 'branco restante', sobre tudo quanto às condições locais (cf. STF, em RDA 169:64 e RTJ 115:1008). As normas gerais da União devem ser supridas, complementadas, preenchidas em suas lacunas pelas normas locais do Estado-membro, observando-se, sempre, a supremacia da lei federal." (Comentários à Constituição de 1988, forense Universitária, 1990, vol. III, p. 1579)

E continua o mesmo autor comentando o art. 24 da CF:

"Quando a Constituição diz 'compete à União legislar', mas omite o advérbio de modo 'privativamente', a ressalva 'não exclui a competência dos Estados': abre as portas para a competência do poder legislativo estadual, ocorrendo, assim, partilha de competência legislativa.

Competência concorrente é a possibilidade jurídica de várias pessoas políticas poderem legislar sobre determinada matéria. A Constituição Federal é que irá determinar quais pessoas jurídicas políticas, que não a União, podem legislar, editando leis (a) que supram a ausência de normas federais sobre determinada matéria, ou (b) que adicionem pormenores à regra federal básica, já editada.

'No exercício dos poderes concorrentes, os Estados podem legislar livremente, devendo prevalecer, todavia, em caso de conflito, a legislação federal' (Araújo Castro, A Constituição de 1937, ed. Freitas Bastos, 1938, p. 104). (ob. cit. vol IV, 1991, p. 1775)

(...)

Competência supletiva é a que supre ou preenche a lacuna, o claro, o vazio, que a lei federal não preencheu. 'Complementa', suprimindo, mas não adicionando pormenores à regra primitiva.

'Complementar' ou 'suplementar' é 'suprir com pormenores esclarecedores a regra básica federal maior'; 'suprir' - competência supletiva - é 'preencher claro, vazios, lacunas', lotando espaços deixados em branco pela regra federal essencial." (ob. cit. vol IV, 1991, p. 1777)

Em qualquer das hipóteses constitucionais (art. 23, XII; art. 24, § 2º, § 3º, § 4º) há respaldo legal, para o prosseguimento do presente Projeto de Lei nº 018/95 e sua aprovação por esta Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E

## COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 018/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do douto Deputado Luiz Carlos Martins que, objetiva tornar obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus, chega a esta Comissão e, tendo sido submetido à análise, constatou-se que o mesmo vem suprir uma lacuna na legislação de trânsito, mais especificamente à Resolução nº 658/85, que é omissa quanto à obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos ônibus intermunicipais.

Analisado, ainda, à luz do competente parecer da CCJ, que comprova ter o Estado competência para legislar sobre o assunto, respaldado pelo artigo 23, XII, artigo 24, § 2º, § 3º e § 4º da Constituição Federal e, entendendo, ainda, que o presente projeto de lei é de interesse da sociedade paranaense e que contribui para implantação de uma política de segurança no trânsito, com o fim de diminuir o número de vítimas em acidentes envolvendo ônibus nas estradas do Estado do Paraná, concluiu-se que nada há que possa se opor à sua tramitação normal, o que leva a Comissão a opinar favoravelmente à sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.95

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/95, de autoria do Deputado Antônio Belinati, fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, ao estudante regularmente matriculado em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17 de 20.03.95)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 054/95

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, tem por finalidade assegurar o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, ao estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, no Estado do Paraná.

No âmbito desta Comissão, incumbida de analisar a proposta no seu aspecto constitucional, legal e regimental, concluímos que a mesma encontra-se em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta

Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 054/95

P A R E C E R:

É objetivo da proposição em tela, de autoria do Deputado Antônio Belinati, assegurar o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1°, 2° e 3° graus, no Estado do Paraná.

O projeto de lei em tela já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e também recebeu da Secretaria de Educação, através da sua Assessoria Especial para Assuntos Institucionais, o apoio para a sua aprovação. Chamada a opinar esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes acompanha todas as manifestações favoráveis por achar meritória a proposição do Deputado Belinati.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.95

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 108/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E. (Publ. no D.A. n° 34, de 17.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 108/95

P A R E C E R:

O plano de lei de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Ao analisar o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 108/95, achamos oportuno devido a necessidade de um controle mais rígido quanto à qualificação dos seus profissionais.

Com o exposto, somos de parecer favorável à sua tramitação normal.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 108/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais e congêneres junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que indiscutível a necessidade de haver controle, por parte da Administração Pública, sobre quaisquer estabelecimentos cuja produção social, mesmo que através de serviços, possa redundar em danos ao cidadão. É o caso das academias de artes marciais.

Por outro lado, os recentes acontecimentos noticiados pela imprensa, onde jovens foram espancados por gangues que tem como ponto de origem algumas academias sem qualificação, é outra circunstância que milita a favor deste relevante projeto apresentado pelo Exmo. Deputado Carlos Simões.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 23.05.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 108/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança.

Já tendo recebido pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, ao se analisar a proposição em tela, só temos que elogiá-la, tendo em vista que é urgente a necessidade de se estabelecer um controle maior nas academias de artes marciais, pois é de conhecimento público que jovens espancados no próprio estabelecimento, faleceram em consequência de golpes aplicados pelos professores de tais academias.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 07.06.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI N° 108/95

Art. 1° - Respeitadas as disposições da legislação municipal pertinente para liberação dos alvarás de localização. as



academias de artes marciais deverão proceder o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública como condição para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único - Por delegação de competência, o cadastro das academias de artes marciais, no âmbito dos municípios, ficará a cargo da Delegacia de Polícia local.

Art. 2º - O registro das academias junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública, procedendo o registro na Junta Comercial, conterá o nome, a formação técnica ou escolar e a qualificação de todos os seus sócios e de todos os seus instrutores.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública determinará inspeções semestrais nas academias, cancelando o registro daquelas que não cumpram as disposições da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.95.

(a) CARLOS SIMOES

Apoiamento: Milton Puppio, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, Edgard Bueno, César Seleme, Emerson Neron e João Techy.

JUSTIFICATIVA:

As atividades das academias de artes marciais não podem prescindir de uma fiscalização mais presente do Poder Público. Em particular do Poder Público Estadual a quem está determinada a área de Segurança Pública.

A proliferação de academias em todo território do Estado do Paraná faz com que aumente a nossa preocupação não por ser um assunto pertinente à segurança do povo somente, mas por envolver uma atividade que gera violência, direta ou indiretamente, mesmo que este não seja o objetivo precipuo dessas academias.

A falta de critérios para a atividade e o fato de não ser ministrada, na generalidade, por mestres saídos das escolas, mas sim por práticos da arte física, gera a obrigação do Poder Público de acompanhar de perto o desenvolvimento dessas atividades. Não como guardião do que se pratica, porém como protetor da sociedade contra o que se forma nessas academias.

Não é regra que tais academias produzam sempre resultados negativos. Porém são inúmeros os casos destes resultados, registrados e divulgados pela imprensa falada e escrita.

O acompanhamento da atividade dessas academias, através de um registro preliminar junto à Secretaria de Estado da Segu-

rança Pública, passará a exigir dos empreendedores destas atividades pelo menos uma preocupação e maior rigor nos seus resultados.

O que se busca é coibir abusos e manter sob controle a exploração destas atividades econômicas a ponto de permitir que não proliferem o número daqueles que se preparam não para evitar a violência, mas infelizmente para produzir violência.

É a justificativa.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 108/95.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/95, de autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a criar e assegurar a manutenção de lares para crianças, adultos e idosos portadores de deficiência em estado de abandono. **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 38 de 24.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 124/95

P A R E C E R:

O projeto em discussão visa autorizar o Poder Executivo a criar e assegurar a manutenção de lares que atendam as pessoas portadoras de deficiência.

Não é um projeto que, uma vez aprovado, determinará ao Poder Executivo a criação de serviços, somente estabelecendo a faculdade do Poder Executivo em criá-los.

Diante de tal situação legal, a proposta não tem qualquer impedimento de ordem constitucional, o que permite a sua discussão e, se for o respeitável entendimento dos Senhores Deputados, a sua aprovação.

No mérito, a matéria é pertinente e vem suprir a carência existente e a ausência do Estado de tão relevante questão, qual seja a manutenção de casas que ofereçam apoio aos portadores de deficiências, particularmente os que se encontram em estado de abandono.

Uma vez aprovado, o projeto servirá como referência para que o Poder Executivo possa projetar as suas ações administrativas para esta área.

Por apresentar a matéria dentro daquelas de interesse público e relevante, está em condições de receber a apreciação das demais Comissões desta Casa de Leis, para após ir a Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMOES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 124/95

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado César Seleme, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar e assegurar a manutenção de lares para crianças, adultos e idosos portadores de deficiência em estado de abandono.

Tendo sido submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

Sendo analisado sob a ótica desta Comissão, vimos que este projeto de lei vem de encontro aos anseios de todas as pessoas que trabalham em instituições com nossos deficientes, e desta forma vem definitivamente humanizar a vida do portador de deficiência.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 125/95, de autoria do Deputado César Seleme, que cria o Programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiências: Cidade para todos. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 38, de 24.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 125/95

P A R E C E R:

Trata-se, sem dúvidas, de matéria de grande alcance social, sendo uma iniciativa das mais nobres.

Da forma colocada, esta relatoria entende ser inconstitucional, pois é imperiosa.

Para que não haja prejuízos quanto à intenção do autor e para que o projeto possa tomar seu trâmite normal e chegar às mãos do Governo do Estado para aproveitamento da idéia, sugerimos que o mesmo seja feito em caráter autorizatório.

Desta forma, não encontramos óbices para sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, com a devida ressalva, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 23.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 125/95

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão o projeto de autoria do Deputado César Seleme que cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiências "Cidade para todos".

De acordo com o § 6° do Artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face aos propósitos altamente meritórios do projeto em análise somos de parecer favorável à presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
PÉRICLES MELLO - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense do Município de Catanduvas, com sede e foro no município do mesmo nome. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 47, de 09.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 155/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense do Município de Catanduvas, com sede e foro no Município de Catanduvas.

Por estar cumpridos todos os requisitos da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, consulto a Mesa, se possível, que o Projeto n° 018/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins não fosse posto em 2.ª discussão para amanhã; pudessem ter um interstício de um ou dois dias, que me parece por informações que a decisão do Supremo está declarando inconstitucionalidade a respeito de leis estaduais que mantenham a obrigatoriedade de cinto de segurança em ônibus devido inclusive a trajetos de linhas nacionais e internacionais. Bem como o Projeto n° 125/95, do

Deputado César Seleme, que não conseguiu entender, gostaria de ver a justificativa do Deputado a respeito do projeto.

Consulto se a Mesa, ao invés de colocar em 2.<sup>a</sup> discussão no dia de amanhã, deixar para colocá-lo, por exemplo, na 5.<sup>a</sup>-feira, para que a gente possa avaliar isso com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ao anunciar a Ordem do Dia para a próxima sessão a Presidência vai consultar o autor do projeto de lei. Vossa Excelência também poderá conversar com o Deputado para que cheguemos a um denominador comum.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Caíto Quintana, independente da manifestação do Supremo, faria até um apelo ao próprio autor do projeto, nosso querido Deputado Luiz Carlos Martins, porque entendo que o projeto do jeito que está colocado aqui, se não sofrer uma alteração, fatalmente teremos que votar contra.

Depois do acidente do jogador Denner, emprestado ao Vasco, em que ele morreu e se especulou que morreu porque estaria dormindo usando o cinto de segurança, o que tínhamos até há pouco que o projeto do Deputado Luiz Carlos Martins teria uma emenda em que o cinto de segurança seria abdominal. Viajo regularmente de ônibus e confesso que se obrigado a usar um cinto de segurança normal, como o de carro eu teria medo de deitar numa viagem e morrer asfixiado pelo cinto.

Isso não ocorre no carro; independente de lei, uso rigorosamente o cinto. Então aproveitando a questão do Deputado Caíto faria um apelo ao nosso querido Luiz Carlos Martins, no sentido de clarear bem, porque lendo aqui, o projeto não especifica que o cinto de segurança seria abdominal.

Gostaria ainda de registrar com satisfação a presença neste Plenário do ilustre Deputado José Mohamed, que está fazendo um belo trabalho em Brasília, inclusive procurando trazer à esta Casa as eventuais mudanças na Constituição e na Lei Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência agradece a registra a presença do nobre Deputado.

Sobre a mesa, requerimento n° 1674, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1677 a 1683 e 1709, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1685 e 1686, de au-

toria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1687, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento n° 1688, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Dezenove Deputados aprovam o requerimento. Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO - Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agora não cabe, Algaci, dá licença!

O SR. ALGACI TÚLIO - O Presidente é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A responsabilidade da contagem cabe ao 1° Secretário, naturalmente fiscalizado pela Mesa.

Então vamos proceder outra vez.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Dezenove aprovam. Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Deputado presente na Sessão, no ato de verificação, consulto a assessoria da Mesa, não pode retirar-se do Plenário.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - (Pela Ordem).

Tenho o maior respeito por V. Exa. que é um democrata; tem que saber respeitar o resultado da maioria dos Srs. Deputados aqui, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Entendo que cabe à minoria o direito de retirada, mas na fase de votação, não.

Vou proceder à verificação pela última vez.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente vou solicitar chamada nominal. Se o Sr. atendeu ao Deputado Caíto Quintana...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Dezenove aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados rejeitam e 19 Srs. Deputados aprovam.

**Está aprovado o requerimento.**

A Mesa convoca o Sr. Secretário do Planejamento nos restritos termos da convocação.

Requerimentos n°s 1689 e 1691, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constantes do expediente. **Encaminhe-se na Forma do Requerido.**

Requerimento n° 1690, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1694, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1695 a 1697, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1699 e 1700, de autoria do Sr. Deputado Toti Colago, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1676, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1701, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1702, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1703, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1655, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de sessão anterior. **Não Recebido pela Mesa.**

Requerimento n° 1673, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos n°s 1704 e 1706, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20 de junho, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 07/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

018, 054, 124, 125 e 155/95.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 007/95.

Levanta-se a sessão.

**Atos da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

**PORTARIA N° 098**

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 11033 de 30.12.94, nas rubricas abaixo:

Cancelar	4121.0000	100.000,00
Cancelar	4210.0000	281.420,00
Cancelar	4261.0000	378.580,00

Suplementar	3121.0000	300.000,00
Suplementar	3132.1500	400.000,00
Suplementar	3231.0200	60.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 09.06.95

**PORTARIA N° 099**

Colocar a disposição do Governo do Estado do Paraná, CARLOS EDUARDO PEREIRA JORGE CORDEIRO, matrícula 41090, funcionário deste Poder Legislativo, para prestar serviços junto a Secretaria de Estado do Governo, com ônus para o órgão de origem até 31.12.95.

**PORTARIA N° 100**

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de HENRIQUE ANTONIO CREDIDIO, matrícula n° 40799, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", o tempo de um (01) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 01.06.82 e 01.06.87; e o 2° quinquênio 01.06.87 e 01.12.91, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

Gabinete da Diretoria Geral, 09.06.95

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**Atas das Comissões:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Luiz Cláudio Romanelli, Emerson Nerone, José Tavares, Toti Colação, Antonio Belinati, Valdir Rossoni, Walmor Trentini, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli e Eduardo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando ao expediente: 1) Requerimento do Deputado Carlos Simões solicitando retificação em ata e no voto em separado ao Projeto de Lei 57/95, uma vez que foi favorável ao Projeto de Lei e por um lapso, sua assinatura constou no parecer contrário (requerimento em anexo). Aprovou-se a ata de reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 132/95 do Deputado Eduardo Trevisan. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Walmor Trentini; 02) Projeto de Lei nº 152/95 do Deputado Cleiton Kielse. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO, com voto contrário do Deputado Walmor Trentini; 03) Projeto de Lei nº 161/95 do Deputado Albanor Gomes. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 146/95 do Deputado Antonio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 05) Projeto de Resolução nº 016/95 do Deputado Augustinho Zucchi. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 06) Projeto de Lei nº 169/95 do Deputado Nereu Moura. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 07) Projeto de Lei nº 164/95 do Deputado Cesar Seleme. O Deputado Relator, Eduardo Trevisan, requer que o referido projeto permaneça nesta Comissão até que complete um ano de personalidade jurídica - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei nº 174/95 do Deputado Beto Richa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO com voto contrário do Deputado Walmor Trentini; 09) Projeto de Lei nº 165/95 do Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Relator, Eduardo Trevisan, requer diligência - DEFERIDO; 10) Projeto de Resolução nº 020/95 do Deputado Nereu Moura. O Deputado Eduardo Trevisan, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 184/95 do Deputado Luiz Carlos Martins. Concedido vistas ao Deputado Geraldo Cartário; 12) Projeto de Lei nº 190/95 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli; 13) Projeto de Lei nº 142/95 do Poder Executivo. Aprovado o voto em separado do Deputado Eduardo Trevisan, de acordo com emenda anexa.

Registra-se o voto CONTRÁRIO dos Deputados Emerson Nerone, Walmor Trentini, Toti Colação e Luiz Cláudio Romanelli. 14) Projeto de Resolução 022/95 do Deputado Caíto Quintana. O Deputado Antonio Annibelli, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei nº 149/95 do Deputado Elio Rusch. O Deputado Antonio Annibelli, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 16) Projeto de Lei nº 189/95 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli; 17) Projeto de Decreto Legislativo 05/95 do Deputado Carlos Simões. PARECER CONTRÁRIO do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 191/95 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 175/95 do Deputado Marquinhos Alves. Concedido vistas aos Deputados Emerson Nerone e Antonio Annibelli; 20) Projeto de Lei nº 162/95 do Deputado Irineu Colombo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 188/95 do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 185/95 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 199/95 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 176/95 do Deputado Beto Richa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 061/95 do Deputado Antonio Belinati. PARECER CONTRÁRIO do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 080/95 do Deputado Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 081/95 do Deputado Ângelo Vanhoni. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 186/95 do Deputado Nereu Moura. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 171/95 do Deputado Toti Colação. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Walmor Trentini; 30) Projeto de Lei nº 183/95 do Deputado Walmor Trentini. PARECER FAVORÁVEL na forma da Emenda anexa, do Deputado José Tavares - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 155/95 do Deputado Nereu Moura. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso; 32) Projeto de Lei nº 181/95 do Deputado Carlos Simões. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e

Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos

seguintes Deputados: Toti Colaço, Luiz C. Romanelli, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, José Tavares. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo da Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

Ana Lúcia Andretta

Secretária